



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Malu
Correia

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE
DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO-----

-----ATA NÚMERO TRÊS DE DOIS MIL E VINTE E CINCO-----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor André Eduardo Tita Gonçalves, coadjuvado pela Senhora Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio e pela Senhora Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças” (DOC.01/03), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

-----Gabriel Gustavo Boto Ramos; Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio; Ana Maria Charrama Farinho; Paula Cristina Barão Ramos; Mário da Costa Daniel; João Augusto Espadeiro Ramos; Rui Miguel Costa Apolinário; João Francisco Torrado Guerreiro; Diamantina do Carmo Chagas Escoval; António José dos Santos Gomes; Rodrigo Manuel Lampreia Martins; Serafina dos Santos Costa Patrício; Maria de Fátima Bastos Ramos Ramalho; José Francisco Lúcio Galego; José Gonçalo Garradas Valente; José Manuel Chaparro Neves; Rui Manuel Ramalho Almeida; José António Linhas Roxas de Oliveira; Tiago António Lucas Batista - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; Manuel António Patinho Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel; Hélder Manuel Túbal Raposo - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador; Helena de Fátima Caeiro Amaro - Presidente da Freguesia de Safara e José Manuel da Palma Moraes – Presidente da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração. -

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo; André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Maria Helena Gomes da Costa Pais; Teresa Dolores Soares Infante, Luís Pedro Silva Rico e Rui Pedro de Jesus Rodrigues. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----**Tomou posse** a senhora Serafina dos Santos Costa Patrício, eleita pela bancada do CHEGA. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, os seguintes membros: -----

-----Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro tendo sido substituída pelo senhor José António Linhas Roxas de Oliveira; Maria José Fialho Silva tendo sido substituída pela senhora Diamantina do Carmo Chagas Escoval e José Maria Prazeres Pós-de-Mina tendo sido substituído pelo senhor Rodrigo Manuel Lampreia Martins. -----

-----Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que tinha sido solicitado à Assembleia, por parte dos serviços do município, que fossem entregues dois cadernos de dois projetos em curso e deu a palavra à Chefe de Divisão, Marina Figueiredo. -----

-----Na posse da palavra, a doutora Marina Figueiredo referiu que o livro mais pequeno era um guia metodológico na área da supervisão social, no âmbito do PESIM (Plano Educativo para o Sucesso de Inovação em Moura), que entende que a vertente social suporta muito daquilo que se tem que fazer em contexto escolar: *“seria importante que os técnicos da vertente social que atuam nas escolas e outros que estão a acompanhar as respetivas famílias, pudessem ter aqui momentos de capacitação para refletir sobre as práticas, para se questionarem sobre as intervenções que estão a ser feitas, e para tentarem estruturar outras abordagens que podem ser importantes para o percurso escolar e o sucesso escolar que se deseja ao nível do território”*. Com base nesse processo de capacitação tinha sido criado um modelo de intervenção, para que os alunos fossem referências positivas entre eles. Tratava-se de um trabalho organizado, numa vertente teórica, com as fases e os passos que qualquer técnico da vertente social poderá desenvolver nesse serviço. Informou ainda que o primeiro ano do PESIM visou uma vertente de capacitação. O



Marina Figueiredo
2018

segundo ano, dois mil e vinte e seis, terá uma vertente prática. Afirmou que se tratava de um documento inovador, e que seria divulgado a nível regional. -----

-----Ainda no uso da palavra, a doutora Marina Figueiredo referiu que o segundo documento era um manual de acolhimento ao cuidador. Mencionou que o Governo tinha emitido regras e orientações que valorizam os cuidadores e que a Câmara Municipal, em dois mil e vinte e dois, tinha criado uma medida para colmatar as dificuldades dos cuidadores informais, dos que prestam esse serviço em contexto familiar, ou mesmo sem relação de residência, e também para valorizar os cuidadores formais, as pessoas que trabalham nas IPSS's, que se dedicam ao outro, gerem emoções e lutos constantes. Para além dos contributos da vertente de psicologia, são oferecidas atividades dirigidas às pessoas cuidadas, para minimizar essa progressão da doença, melhorar as questões da comunicação, da memória, dos estímulos e valorizar que o cuidador se cuide a si próprio. Informou ainda que o documento seria divulgado em várias estruturas, nomeadamente no CLAS, na reunião a realizar em janeiro. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia, agradeceu o contributo e afirmou que se tratava de duas ferramentas de extrema importância, tanto para os técnicos como para os cuidadores. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções do público. -----

-----Não se verificando nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia informou que passariam ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Fez uso da palavra o eleito José António Oliveira, que cumprimentou todos os presentes. O eleito referiu que pretendia deixar um alerta relativo à data de envio da Ordem de Trabalhos e dos documentos para a Sessão da Assembleia, uma vez que a Câmara tinha aprovado as propostas no dia onze de dezembro e os mesmos só tinham sido remetidos pela Mesa da Assembleia Municipal no dia quinze de dezembro. Solicitou que fosse disponibilizada cópia da comunicação da Câmara a propor os assuntos para a Ordem de Trabalhos e remetida toda a documentação. -----

-----Fez uso da palavra a eleita Ana Maria Farinho, que após cumprimentar todos os presentes, colocou uma questão relativa ao Regulamento de Transmissão Audio Vídeo em direto e online das reuniões dos órgãos do Município de Moura, uma vez que esse regulamento se aplicava à Câmara e à Assembleia Municipal, tinha sido publicado no dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e quatro, depois pelos dois órgãos e entrou em vigor no dia dois de maio de dois mil e vinte e quatro, questionando para quando estava prevista a sua entrada em vigor.-----

-----No uso da palavra, o eleito João Guerreiro cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua bancada tinha duas moções a apresentar, passando à leitura da primeira Moção: *“Pela Retirada de Veículos pesados da VCI - Via de Cintura Interna”* (DOC.02/03) -----

-----MOÇÃO-----

-----*“Pela Retirada de Veículos pesados da VCI — Via de Cintura Interna”* -----

-----A Via de Cintura Interna é uma via estruturante para o Concelho de Moura em geral e para a cidade de Moura em particular. É uma via que cruza várias artérias que irradiam do centro da cidade de Moura, que começa na rotunda do Intermaché e termina na rotunda que bifurca para a estrada de Pias e para a estrada do Sobral de Adiça com ligação a Ficalho e à povoação espanhola de Rosal de La Fronteira. -----
Pelas suas características, esta via serve, para além do tráfego local, muitos veículos pesados que, para além de provocarem a degradação constante do asfalto, representam um potencial perigo para a população da cidade de Moura, caso ocorra um acidente com um veículo pesado, que na maioria dos casos transporta mercadoria de cariz perigoso (ex: bilhas de gás, combustível, etc). -----

-----Considerando: -----



-----O crescimento exponencial do tráfego rodoviário na VCI; -----

-----A necessidade de prevenir um potencial acidente retirando o tráfego pesado da VCI; -----

-----Os membros eleitos da coligação "Acreditar na Mudança", propõem que a Assembleia Municipal de Moura, reunida a dezoito de dezembro de dois mil e vinte cinco delibere recomendar ao Executivo Municipal que encete todas as diligências necessárias, com caráter de urgência, que possam retirar os veículos pesados da VCI.

-----Moura, dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco -----

-----Membros eleitos pela coligação "Acreditar na Mudança" -----

-----O eleito João Guerreiro prosseguiu, passando à leitura da segunda Moção: "Plano de Intervenção Pedagógico" (DOC.03/03) . -----

-----**MOÇÃO** -----

-----"Plano de Intervenção Pedagógico" -----

-----O consumo de bebidas alcoólicas na sociedade contemporânea tem-se tornado um problema de dimensão global reconhecido por representantes de vários países. A abordagem deste tema justifica-se pela sua relevância social, pois trata-se de uma questão de saúde pública, devido à nocividade que o consumo do álcool representa ao ser humano. Quais os impactos que o álcool tem causado na memória e na aprendizagem dos jovens diante do uso excessivo desta substância? Diversos estudos têm demonstrado que o consumo do álcool ocasiona nos adolescentes efeitos nocivos na sua saúde, ocasionando processos degenerativos, défices de atenção, distúrbios mentais e provoca deficiência de aprendizagem, pelo esquecimento de memórias contextuais, que podem se tornar permanentes, sobretudo "num cérebro" em desenvolvimento, como é o caso dos adolescentes. -----

-----Sendo o álcool classificado como uma substância psicoativa lícita, o seu consumo é praticamente despenalizado, sendo por isso, a droga mais amplamente consumida. O Decreto-Lei n.º 50/2013, de dezasseis de abril, estabelece a proibição de venda e consumo de bebidas espirituosas ou equivalentes a menores de dezoito anos, qualquer tipo de bebidas alcoólicas (espirituosas ou não espirituosas) a menores de dezasseis anos, bem como a quem se apresente notoriamente embriagado ou aparente possuir anomalia psíquica (artigo terceiro). Quem não respeitar o disposto no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

referido artigo, tem por consequência a notificação da ocorrência ao representante legal do menor (artigo sétimo), podendo haver ainda a aplicação de coimas (artigo oitavo). -----

-----Assim, sendo a escola um dos locais onde os jovens passam a maior parte do tempo, é um local privilegiado para trabalhar no sentido da mudança de mentalidades e comportamentos dos alunos face ao álcool, procurando capacitá-los para escolhas acertadas. Não pretendemos impor a "tolerância zero" em relação ao consumo de álcool, mas que a escola eduque também para a saúde, ou seja, que promova junto dos jovens estilos de vida saudável, empoderando-os ao nível de determinadas escolhas e comportamentos de risco. -----

-----Numa sociedade em constante mudança e evolução, surgem fenómenos e experiências novas, sem sempre saudáveis para o ser humano. "Binge drinking" é atualmente um conceito novo e moderno entre os jovens, que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), consiste na ingestão de cinco ou mais bebidas, num único dia ou momento. Corresponde à "bebedeira rápida e fácil". Os jovens saem e bebem abundantemente, com o objetivo de se alcoolizarem rapidamente, ingerindo, geralmente, mais de quatro bebidas alcoólicas, com vista a atingirem celeremente um estado de euforia. Este consumo abusivo pode conduzir facilmente os jovens para a dependência. -----

-----Presentemente vivemos numa sociedade onde os adolescentes e jovens são facilmente assediados pela publicidade, que entra diariamente nas nossas casas. Para além disso, os adolescentes e jovens têm hoje mais dinheiro e com maior facilidade que os de outrora, assumindo mais liberdade para sair à noite com os amigos e chegar mais tarde a casa, contribuindo para um aumento do consumo de bebidas alcoólicas. -----

-----Sabendo que os jovens do Concelho de Moura se enquadram e estão expostos às más escolhas no que ao abuso da ingestão alcoólica diz respeito, a coligação "Acreditar na Mudança" propõe que a Assembleia Municipal de Moura, reunida a dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco delibere recomendar ao Executivo Municipal que encete contatos e lance o desafio aos dois pilares fundamentais nível concelhio, saúde e educação, para que em conjunto, possam: -----



*Melita
Gomes*

----- Conceber um Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), num período temporal a dez anos, no Concelho de Moura, que envolvesse os pais e/ou encarregados de educação, os alunos, os professores, os profissionais de saúde no âmbito do Projeto de Educação para a Saúde, com vista à prevenção e/ou diminuição do consumo de bebidas alcoólicas; -----

----- Que o PIP possa incidir nos alunos do sétimo ano, estendendo-se ao oitavo e nonos anos -----

-----Moura, dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco -----

-----Os membros eleitos da coligação "Acreditar na Mudança" -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra a eleita Diamantina, que cumprimentou todos os presentes. A eleita desejou a todos um mandato pleno de sentido de missão, com ética, espírito de partilha, de boa convivência e respeito mútuo e colocou uma questão ao senhor Presidente sobre a elegibilidade e a legitimidade do exercício do mandato da eleita Paula Ramos e João Neves, uma vez que ambos exerciam funções de chefia na COMOIPREL, se não haveria incompatibilidade, que pusesse em causa os referidos eleitos e o bom funcionamento da Assembleia. -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia mencionou que estavam a ser cumpridos os prazos estipulados, mas que estariam atentos à questão colocada. Garantiu ainda que uma das questões a ser colocada na revisão do Regimento seria a questão das transmissões das reuniões da Assembleia. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos, cumprimentando todos os presentes. O eleito questionou sobre o assunto relacionado com impedimentos, frisando que era membro da Assembleia Municipal o Chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara e que em anteriores mandatos não tinha exercido as funções de membro da Assembleia, uma vez que, tinha renunciado ao mandato. -----

-----Prosseguiu referindo que imaginava que a renúncia ao mandato tivesse a ver com um parecer da CCDR Norte, o qual clarificava que não haveria incompatibilidade entre ser membros dos Gabinete de Apoio Pessoal e membros da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Assembleia Municipal, uma vez que, não teria havido alteração legislativa, contudo, o eleito referiu que o mesmo parecer visava que deveria ser dado conhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal desses impedimentos, não sendo dado conhecimento, que deveria ser o senhor Presidente a inteirar-se deles e a dar conhecimento à Assembleia. Nesse sentido, o eleito questionou se os pretensos impedimentos foram dados a conhecer e se o senhor Presidente da Assembleia tinha alguma coisa para comunicar. -----

-----No uso da sua palavra o senhor Presidente da Assembleia respondeu à eleita Diamantina e ao eleito João Ramos, uma vez que se tratava do mesmo assunto e que se enquadravam no mesmo âmbito, que a partir do momento em que o tribunal não via impedimento dos três eleitos irem a votos, o próprio não era jurista, acatando as decisões do Tribunal. Sendo que o Tribunal não viu impedimento, na sua pessoa e no entendimento da Mesa, estariam elegíveis e estariam em plenos direitos das suas funções. -----

-----Esclarecido o assunto, o senhor Presidente da Assembleia questionou os presentes se haveria condições para se passar à votação das Moções, propondo cinco minutos para reflexão. -----

-----No entanto, uma vez que o eleito Gabriel Ramos tinha uma moção a apresentar, o senhor Presidente da Assembleia autorizou que o eleito passasse a efetuar a leitura da mesma. -----

-----O eleito Gabriel Ramos tomou a palavra saudando o senhor Presidente da Assembleia, cumprimentou a Mesa, cumprimentou os representantes da Câmara Municipal, os eleitos da Assembleia Municipal, técnicos da Câmara, quadros de apoio e restante população em geral, passando a ler a proposta de Moção: “Apoio às pretensões do Povo de Santo Amador na sua luta pela reposição da freguesia” (DOC.04/03) -----

-----MOÇÃO-----

-----“Apoio às pretensões do Povo de Santo Amador na sua luta pela reposição da freguesia”. -----



-----As últimas eleições autárquicas de doze de outubro encerraram um processo de reposição de freguesias ao abrigo da Lei nº 39/2021, de vinte e quatro de junho. -----

-----No concelho de Moura, dois processos corresponderam ao interesse de duas comunidades em ver repostas as suas freguesias ao abrigo da Lei nº 114/2013, de vinte e oito de janeiro. O processo de Santo Aleixo da Restauração e Safara teve desfecho positivo, o que muito se saúda e hoje o concelho de Moura conta, novamente, com estas freguesias. -----

-----Também a comunidade de Santo Amador demonstrou vontade e empenho na reposição da sua freguesia. Infelizmente este processo não teve desfecho positivo. Contudo, isto não anulou a pretensão da sua comunidade a ver reposta a sua freguesia. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Moura, reunida a dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, deliberou: -----

-----1. Manifestar apoio à vontade da população de Santo Amador em ver reposta a sua freguesia; -----

-----2. Comunicar ao órgão de soberania Assembleia da República e aos grupos parlamentares, que o processo de reposição de freguesias desenvolvido ao abrigo da Lei nº 39/2021, de vinte e quatro de junho, deixou por repor a freguesia de Santo Amador, conforme era vontade esmagadora da sua população. -----

-----Moura, dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco -----

-----Os eleitos da CDU” -----

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao eleito Rodrigo Martins, uma vez que também pretendia apresentar uma Moção: “Contra o Pacote Laboral - Pela Valorização do Trabalho e Solidariedade com a Greve Geral de onze de dezembro”, a qual passou a ler: **(DOC.05/03)** -----

-----**MOÇÃO** -----

-----“Moção contra o Pacote Laboral — Pela Valorização do Trabalho e solidariedade com a Greve Geral de onze de dezembro -----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

-----Senhoras e Senhores eleitos da Assembleia Municipal, -----

-----A moção que hoje apresentamos surge num momento em que os trabalhadores do concelho de Moura, tal como os trabalhadores de todo o país, enfrentam uma situação cada vez mais difícil, marcada por baixos salários, precariedade, horários desregulados e um aumento contínuo do custo de vida. -----

-----No concelho de Moura, estas dificuldades fazem-se sentir de forma particularmente dura. Falamos de trabalhadores da agricultura, do olival intensivo, do setor agroindustrial, do comércio, dos serviços, da administração pública local e central, muitos deles com salários que mal chegam para assegurar uma vida digna. Continuamos a assistir a muitos trabalhadores que empobrecem a trabalhar. Falamos também de jovens empurrados para a precariedade ou para a emigração, e de trabalhadores com longas carreiras contributivas que continuam a ver o seu esforço desvalorizado. -----

-----É neste contexto que o Governo apresenta um "pacote laboral" que, longe de responder aos problemas reais de quem trabalha, aprofunda a exploração, fragiliza direitos e mantém intactos os mecanismos que promovem a precariedade e bloqueiam a contratação coletiva. -----

-----Para nós, é claro que não é com mais facilitação dos despedimentos, com a desvalorização da negociação coletiva ou com baixos salários que se fixa população no interior, que se desenvolve o Alentejo ou que se garante um futuro melhor. -----

-----O direito à greve, consagrado na Constituição da República Portuguesa, é um instrumento fundamental de luta dos trabalhadores. A Greve Geral de onze de dezembro, convocada conjuntamente pela CGTP e pela UGT, é uma resposta legítima e necessária a uma política que continua a transferir a riqueza criada pelos trabalhadores para os grandes grupos económicos, ao mesmo tempo que quem vive do seu trabalho empobrece. -----

-----O poder local democrático, herdeiro das conquistas da Revolução de Abril, não pode ficar indiferente a esta realidade. Compete-nos tomar posição, afirmar de que lado estamos e dar voz às justas reivindicações dos trabalhadores do nosso concelho e do país. -----



-----Porque sem direitos, sem salários dignos e sem valorização do trabalho, não há desenvolvimento, não há coesão social e não há futuro para o nosso Concelho, para o Alentejo e para o País. -----

-----Assim, com esta moção, a Assembleia Municipal de Moura afirma: -----

----- a sua rejeição do pacote laboral do Governo, por representar um retrocesso nos direitos dos trabalhadores; -----

----- a sua solidariedade com os trabalhadores que participaram na Greve Geral de onze de dezembro; -----

----- a defesa do direito à greve e da contratação coletiva; -----

----- e a exigência de uma política alternativa que valorize o trabalho, assegure aumentos salariais significativos, combata a precariedade e contribua para o desenvolvimento do concelho e da região. -----

-----Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura -----

-----Moura, dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco” -----

-----Tomou a palavra o eleito José Gonçalo onde na sua intervenção fez uma abordagem frisando que em relação ao Orçamento de Estado para o ano dois mil e vinte e seis, referindo que este era prejudicial para quem trabalhava, para quem tinha reformas baixas, para os micro e médios empresários, em suma, não servia os interesses da ampla maioria da população. Referiu ainda, que se tratava de um orçamento que não contribuía para corrigir as assimetrias regionais nem para fortalecer o poder local e a sua capacidade de intervenção. Prosseguiu o eleito retorquindo que, infelizmente e sem surpresas, tinha sido viabilizado com a abstenção do PS, que ao juntar-se à extrema direita do parlamento, poderia continuar a capitalizar o populismo e a demagogia, face ao descontentamento e degradação cada vez maior das condições de vida e dos serviços públicos, que afetariam a esmagadora maioria dos portugueses nos próximos tempos. -----

-----O eleito José Gonçalo referiu que o único elogio que conseguiu deixar ao Orçamento de Estado era de se tratar de fato de uma profunda consciência de classe. No entanto, o eleito frisou que como era hábito, o PCP não baixava os braços e voltou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

a apresentar um assinalável conjunto de propostas de alteração, no total de mais de quinhentas e trinta. -----

-----Prosseguiu o eleito referindo que todas as propostas assentavam na profunda ligação à realidade do povo português e à compreensão das suas necessidades e inspirações e do que era necessário fazer para melhorar as suas condições de vida. -----

-----No respeitante ao concelho, o eleito ressaltou que as propostas que foram apresentadas, uma delas dava parcialmente resposta à preocupação apresentada pelo PSD, e que infelizmente o PSD votou contra na Assembleia da República e o PS absteve-se, reprovando assim a proposta de construção da variante a Moura e também o alargamento da ponte sobre o rio Ardila. -----

-----No tocante a outra proposta, o eleito referiu que tinha sido a autorização para o início da construção dos perímetros de rega para o circuito hidráulico Póvoa-Moura e os respetivos Blocos de Rega, para que assim que o projeto estivesse concluído se pudesse avançar de imediato com a obra, para que não acontecesse o mesmo que em dois mil e dezoito, em dois mil e vinte e um, por aí adiante, reiterando o eleito que foi reprovado, com votos contra do PSD e abstenção do PS, juntamente com outros projetos mais pequenos que foram apresentados. -----

-----O eleito referenciou apenas mais um, que se prendia com o sistema de monitorização dos recursos hídricos e que o projeto modelo para aquela nova forma de avaliação de aferição de massas de água, o projeto piloto seria Moura, referindo que mais uma vez se verificou, com votos contra do PSD e abstenção do PS, tinha sido reprovado. Prosseguiu o eleito ressaltando que foram apresentadas outras propostas, que não eram especificamente direcionadas para o concelho, mas que teriam um impacto direto na melhoria da qualidade de vida das populações, uma vez que, constituiriam uma almofada significativa para o município, dependendo das opções que fossem tomadas com essa almofada financeira, também mais e melhores intervenções poderiam ser feitas no território. -----

-----O eleito mencionou concretamente o reforço em vinte por cento do fundo de financiamento para a descentralização para o setor da educação, sendo rejeitado, com votos contra do PSD e abstenção do PS, reforçando que a dotação de uma verba para



financiamento do programa de recuperação e reabilitação de escolas no âmbito do acordo sectorial entre o governo e a Associação Nacional de Municípios, fora reprovada, com a abstenção do PS e os votos contra do PSD e ainda que o apoio ao sector da gestão de resíduos, se continuasse a ter o mesmo impacto no orçamento municipal que tinha na altura em que desempenhou funções de vereador, era bastante significativo e que a permissão às freguesias de recurso ao crédito a médio e a longo prazo e que o PS acompanhou e por fim a questão do apoio à produção de cereais, que também foi rejeitada, votos contra do PSD e abstenção do PS. -----

-----Em suma, o eleito frisou que iriam continuar atentos àquilo que eram as reivindicações das populações e dos eleitores, na forma de gestão da política que não abdicavam, que era quem estava na base, que influenciava quem estava no topo e felizmente eram um partido e que não eram um Partido de Moura, nem um Partido de Lisboa. -----

-----O Presidente de Junta Hélder Raposo tomou a palavra e cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia, os restantes elementos da mesa, o senhor Presidente da Câmara, vereadores, colegas presidentes de Junta, restantes eleitos da Assembleia Municipal, técnicos da Câmara, público em geral e dirigiu-se ao senhor Presidente, referindo que tendo sido detetado um erro no edital da última Assembleia Municipal de vinte de novembro, tendo o próprio remetido a respetiva correção aos serviços da Assembleia, no dia vinte e oito de novembro verificando que o edital, entretanto corrigido, tinha sido republicado, frisou o eleito que não tinha obtido qualquer resposta ao email enviado e dessa forma, propôs que em situações futuras, os contactos efetuados por correio eletrónico, fossem objeto de resposta, com respeito pelos princípios institucionais e de boa comunicação entre as entidades. -----

-----O Presidente de Junta Hélder Raposo referiu que pretendia colocar mais uma questão, frisando que nos termos do estatuto dos eleitos locais aprovado pela Lei vinte e nove/oitenta e sete de trinta de junho, nomeadamente no disposto no número cinco, número um, e no artigo. décimo sétimo, número um e dois, encontrava-se expressamente consagrado o direito dos eleitos locais, ao seguro dos eleitos locais. Contudo, o eleito frisou que, até à data não lhe tinha sido solicitado qualquer elemento ou procedimento com vista à concretização desse direito, dessa forma, questionou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

qual era o ponto de situação relativamente a essa matéria e para quando estava prevista a resolução dessa falha. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra, informou que iria verificar nos serviços, e que daria resposta atempadamente, passando de seguida a palavra ao eleito João Guerreiro. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Guerreiro referindo que fazia questão de esclarecer perante a Assembleia um tema que foi abordado na reunião anterior, que se prendia com as obras do Centro de Saúde, nomeadamente, do Serviço de Urgência Básica e que tinha a ver com a instalação dos contentores. -----

-----Prosseguiu o eleito informando a Assembleia que foram instalados três contentores e que a Câmara tinha disponibilizado a eletricidade, tinha instalado o saneamento básico e que o próprio tinha solicitado ao senhor Presidente da Câmara que lhes fosse disponibilizado o veículo de caixa aberta, com motorista, para que, posteriormente, quando houvesse disponibilidade, fosse possível deslocar o equipamento mais pesado. -----

-----Relativamente a outra questão, o eleito mostrou a pretensão de responder ao eleito da CDU, José Gonçalo Valente, referindo que as linhas de pensamento das diversas direções políticas, dos partidos mudavam, não eram estáticas, não eram rígidas e que pretendiam recuperar uma preocupação antiga, que lhe pareceu muito premente e urgente, ressaltando que, era um projeto que já devia ter sido começado há muitos anos, talvez até, no anterior executivo, porque pela dimensão que incorporava, era uma obra que provavelmente não se faria num mandato. Prosseguiu o eleito, proferindo que tinha sido uma preocupação e que enquanto membro, novamente eleito na Assembleia Municipal, sentiu que deveria focar o assunto, para que não caísse no esquecimento, frisando que não iria cair no esquecimento da Coligação Acreditar na Mudança. -----

-----O senhor Presidente da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, que daqui em diante passaria a ser mencionada como UFMSA, na sua pessoa cumprimentou todos os eleitos, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, os funcionários e público presente, prossequindo referiu que não pretendia maçar os presentes com as preocupações da União de Freguesias, no entanto, depois



da intervenção do eleito José Gonçalo Valente, tinha como pretensão dar algum contributo relativamente a algumas questões que foram afloradas, nomeadamente, a questão referente ao exercício em dois mil e vinte e seis, em termos orçamentais. -----

-----O Presidente da UFMSA prosseguiu, reforçando que era perverso e passou a enumerar exemplos, nomeadamente, que no caso da União de Freguesias, era constatável um aumento no crescimento com encargos de pessoal, remunerações e contribuições, que não estavam incluídos os seguros, os EPIs, o vestuário nem calçado. -----

-----O Presidente da UFMSA referiu que tinham um aumento para o ano dois mil e vinte e seis de sessenta e nove mil, oitenta e sete euros e quarenta e quatro centimos, o que correspondia, relativamente a dois mil e vinte e cinco a encargos com pessoal, regulações e contribuições, de trinta vírgula um por cento. -----

-----O Presidente da UFMSA prosseguiu salientando que, em termos de acréscimo de orçamento para o ano dois mil e vinte e seis, por conseguinte do Tipo F, do Fundo de Financiamento de Freguesias, nas duas parcelas, Tipo F e adicional, tinham um acréscimo de nove mil, novecentos e vinte e sete euros, o que queria dizer que arrancavam para o ano de dois mil e vinte e seis com menos sessenta mil euros relativamente a dois mil e vinte e cinco, informando, que também ninguém se alvorou, e que o próprio não se pretendia armar em coitadinho das freguesias, porque havia quem estivesse muito pior, dando como exemplo as que se encontravam ao seu lado, solicitando à colega Helena Amaro que lhe permitisse referir o exemplo da Junta de Freguesia de Safara, que tinha um duodécimo de cinco mil, trezentos e trinta e três euros, que nem lhe daria para pagar os vencimentos. -----

-----O Presidente da UFMSA referiu que o assunto tinha sido colocado à senhora Sub-Diretora da DGAL, no dia quatro do presente mês e que o próprio esteve na CCDDR Alentejo, com o senhor Presidente José Morais, referindo ter tido a oportunidade de lhe colocar a questão, salientando que a resposta da senhora Sub-Diretora Geral tinha sido a seguinte: "Sabe, o bolo é o mesmo, e aumentaram trezentos e duas freguesias, por conseguinte o resultado é este". -----

-----No uso da palavra o Presidente da UFMSA referiu que estava confiante, e esperava não estar a cometer nenhuma inconfidência, uma vez que estavam todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

presidentes de Junta na reunião, informando que a Câmara já tinha reunido com a UFMSA e que, independentemente dessas dificuldades, que também se colocaram à própria Câmara para o ano de dois mil e vinte seis, no que diz respeito às delegações e às transferências de competências, iriam proporcionar um acréscimo de vinte por cento àquilo que eram os valores que já, por conseguinte, nesse ano de dois mil e vinte cinco transitaram ou se fizeram transitar, porque caso contrário, o próprio não saberia como iriam ser capazes de arrancar para o ano de dois mil e vinte seis. -----

-----Para terminar, o Presidente da UFMSA referiu que não tinha medo de o dizer, tinha muita pena que o Partido Socialista se tivesse absterido e que tivesse feito passar o orçamento na Assembleia da República. -----

-----O eleito João Ramos tomou a palavra referindo que os eleitos da CDU não concordavam com aquilo que era a leitura do senhor Presidente da Assembleia relativamente ao problema das ilegibilidades, uma vez que, o que dizia a legislação, a lei eleitoral dos órgãos autárquicos, era que: *“Não são elegíveis para os órgãos autárquicos os funcionários dos órgãos das Autarquias Locais dos entes por estas constituídas que tenham posição maioritária”*, que é o caso da COMOIPREL, *“que exerçam funções de direção, salvo no caso da suspensão obrigatória das funções”*. ----

-----Prosseguiu o eleito João Ramos referindo que os eleitos da CDU perguntaram várias vezes na Câmara e na Assembleia Municipal, quando foram entregues as listas, se havia suspensão de mandatos, não havendo suspensão de mandatos, e por essa razão, poderia efetivamente colocar-se essa questão, frisando que pretendia deixar a opinião da bancada da CDU, que não concordavam com aquilo que era a posição do senhor Presidente da Assembleia. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção, prossequindo a reunião, informando que havia quatro moções a votação, dando cinco minutos para reflexão aos eleitos de todas as bancadas, enunciando as quatro moções a votação. ---

----- - Moção Um – Apresentada pelo PSD, pela retirada de veículos pesados da VCI, Via de Cintura Interna. -----

----- - Moção Dois – Plano de Intervenção Pedagógico, apresentada pelo PSD. -

----- - Moção Três – Apresentada pela CDU, Apoio às pretensões do povo de Santo Amador na sua luta na reposição da freguesia. -----



----- - Moção Quatro – pela bancada da CDU, contra o pacote laboral pela valorização do trabalho e solidariedade com a greve geral de onze de dezembro. -----

----- Solicitou a palavra o eleito Gabriel Ramos, questionando para clarificação, se os eleitos iriam deliberar a inclusão das moções na ordem do dia ou se iriam deliberar a inclusão e discussão ao mesmo tempo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia informou que as moções iriam ser discutidas e votadas simultaneamente. -----

-----O eleito Gabriel Ramos agradeceu a clarificação sobre o método de trabalho que iriam adotar. -----

-----Após cinco minutos de interrupção, o senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a reunião informando que estava aberta a discussão e posterior votação das moções, questionando se havia intervenções. -----

----- O eleito José Gonçalo Valente tomou a palavra referindo que, relativamente à moção número um, os eleitos da bancada da CDU concordavam e que iriam votar a favor, ressaltando algumas questões, nomeadamente, que concordavam nas declarações subseqüentes à apresentação do eleito João Guerreiro, mencionando que era uma obra complicada, que era uma obra bastante difícil, referindo que, muitas vezes era esquecida a dificuldade que o país atravessou entre os anos dois mil e oito e dois mil e onze. -----

----- Prosseguiu o eleito, frisando que foi por volta dessa altura, que foi feito o Plano de Pormenor da UP11, espaço onde foi contruída a fábrica de painéis, referindo, que não se lembrava se efetivamente, chegou a ser concluído o projeto ou se se tinha passado do estudo prévio, na construção desse troço da variante, entre a rotunda do espaço da feira e a rotunda do Intermarché. -----

----- O eleito retorquiu que havia efetivamente preocupação em resolver o problema, uma vez que constava no programa eleitoral, e que por essa razão, não via hipóteses dessa moção que o PSD apresentou poder ser reprovada. -----

-----O eleito José Galego cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia e todos os presentes e prosseguiu referindo que a bancada do PS, relativamente à primeira moção apresentada pela bancada do PSD, se iria abster, uma vez que a Câmara já estava a desenvolver o projeto, frisando que já havia bastante tempo que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

questão era divulgada, inclusivamente, pensava que todos os eleitos da sala já sabiam isso. -----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia informando que não havendo mais intervenções, passariam à votação da Moção número um, apresentada pelo PSD, pela retirada dos veículos pesados da VCI – Via de Cintura Interna. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com doze votos a favor e quinze abstenções, **aprovar** a moção *“Pela retirada de Veículos pesados da VCI – Via de Cintura Interna”*, apresentada pelos eleitos da **Coligação Acreditar na Mudança**. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que estava encerrada a votação e que passaria para a Moção número dois, apresentada também pelo PSD, *“Plano de Intervenção Pedagógico”*, questionando se havia intervenções. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos referindo que relativamente a esta moção, parecia-lhe que havia uma frase que era em certa medida incoerente com o espírito da moção, em que dizia: *“Não pretendemos impor tolerância zero ao consumo de álcool”*, frisando que, depois tudo o que se desenvolvia era numa perspetiva muito restritiva, e muito bem, relativamente ao consumo de álcool para menores, no entanto, imaginando que a frase, por si só, tivesse a ver com a política de tolerância zero, do ponto de vista geral, e não do ponto de vista da infância e da adolescência, ressaltando que de qualquer forma, a bancada da CDU votava favoravelmente a moção. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário frisando precisamente no mesmo sentido, uma vez que a citação que o eleito João Ramos tinha terminado de proferir, colidia depois com a questão do ponto dois da moção, nomeadamente a incidência sobre os sétimos, oitavos e nonos anos, ressaltando que se era tolerância zero, teria mesmo de ser tolerância zero, retorquindo que era estritamente necessário para que a moção pudesse produzir os seus efeitos, informando que o voto do Partido Socialista seria favorável. -----

-----No uso da palavra o eleito João Guerreiro ressaltou que pretendia esclarecer uma situação, referindo que quanto à questão da tolerância zero, frisou que



se existia a ideia ou o idealismo de que realmente se poderia impor uma tolerância zero, sobre um tipo de consumo daquela natureza, que era culturalmente aceite na região, reafirmando que estariam todos enganados. -----

-----Prosseguiu o eleito explicando que embora se pudesse incutir na população jovem um senso crítico dos seus limites, daquilo que podiam ou não podiam, ou seja, fazerem escolhas informadas sobre essa questão, referiu que não pretendiam ser fundamentalistas, até porque se pretendessem ser fundamentalistas iam desenganar-se relativamente a essa matéria. -----

----- Em suma, o eleito João Guerreiro frisou que, a redução e as escolhas com consciência, com saber de causa era aquilo que a bancada do PSD pretendia para este projeto. -----

-----O eleito João Ramos tomou a palavra referindo que, uma questão era serem tolerantes com o consumo de álcool, ou não, outra coisa era não se conseguir evitar, ressaltando que seria impossível impor um consumo zero. No entanto, que ser mais ou menos tolerantes, seria uma coisa diferente, retorquindo que o sentido de voto da bancada era aquele que já haviam anunciado. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que não havendo outras intervenções, passariam à votação da Moção: “Plano de Intervenção Pedagógico”, apresentada pelos eleitos da Coligação Acreditar na Mudança. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, **aprovar** a moção “Plano de Intervenção Pedagógico”, apresentada pelos eleitos da **Coligação Acreditar na Mudança**. -----

-----Relativamente à Moção número Três, “Apoio à pretensão do povo de Santo Amador na luta pela reposição de freguesias”, o Senhor Presidente da Assembleia, declarou estar aberta a discussão, passando a palavra ao eleito João Ramos. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos referindo que se facilitasse os trabalhos e os posicionamentos, a bancada da CDU estava disponível e até solicitava que a moção fosse votada ponto a ponto, os pontos individualizados, se isso facilitasse a aprovação, que a bancada da CDU considerava que era importante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Deliberado, por **unanimidade dos presentes**, proceder à **votação por pontos**, da Moção “Apoio às pretensões do Povo de Santo Amador na sua luta pela reposição da freguesia”, apresentada pelos eleitos da **CDU**. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário referindo que, na sequência da intervenção do eleito João Ramos, e tendo estado atento ao teor da moção, e também fruto de uma conversa prévia que teria havido, ressaltou que, de facto, o espírito da votação da bancada do Partido Socialista ia no sentido de, concordando com os parágrafos que estavam plasmados na moção, que mais não eram do que tudo aquilo que o Partido Socialista vinha dizendo desde que se levantou o processo de desagregação de freguesias, ressaltando que resultaria numa enorme incongruência se o Partido Socialista não concordasse com o teor dos mesmos. -----

-----No entanto, o eleito referiu que os pontos da moção, desde logo o número um: *“manifestar o apoio à vontade da população de Santo Amador em ver reposta a sua freguesia”*, era isso que o Partido Socialista vinha dizendo. -----

-----No que concerne ao ponto número dois: *“Comunicar ao órgão de soberania da Assembleia da República e aos grupos parlamentares que o processo de reposição de freguesias desenvolvido ao abrigo da lei trinta e nove/dois mil e vinte e um, de vinte e quatro de junho, deixou de repor a freguesia de Santo Amador conforme era vontade esmagadora da sua população”*, o eleito frisou que concordavam que fosse vontade esmagadora da população de Santo Amador, e não da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, assentindo concordarem com essa parte. No entanto, o eleito ressaltou não poderem concordar com o facto do resultado ter sido o corolário de um processo legislativo que teve o seu desfecho devido a vicissitudes várias, que não podiam ser imputadas ao Partido A, B ou C, à Câmara A, B ou C, à Assembleia A, B ou C, à freguesia A, B ou C. -----

-----Prosseguiu o eleito, focando que foram as vicissitudes, que a própria lei criou, que o Partido Socialista, pretendia deixar bastante claro que nunca se iria opor ao processo de reposição da freguesia de Santo Amador, deixando igualmente claro



*António
Borges*

que seria sempre frontalmente contra a separação da freguesia de São João Batista e Santo Agostinho. -----

-----Tomou a palavra o eleito Gabriel Ramos referindo que pretendia prestar uma pequena clarificação, uma vez que, a bancada da CDU, teve um cuidado redobrado na elaboração da moção, ao não colocar nenhum tipo de elemento que criasse qualquer tipo de suscetibilidade ou pudesse ferir alguns posicionamentos. -----

-----O eleito reiterou que o objetivo precisamente dos eleitos da CDU ao apresentarem a moção, era tentar reunir um consenso mais alargado, daí o facto de não terem colocado questões mais sensíveis, que poderiam efetivamente levar a outras forças políticas à sua oposição. -----

-----Em suma, o eleito Gabriel Ramos, deixou a nota, reforçando o cuidado que tiveram efetivamente em criar um documento que fosse abrangente, no sentido de todas as forças políticas representadas poderem manifestar o seu parecer favorável à mesma. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que não havendo mais intervenções, passariam à votação da Moção: “Apoio às pretensões do povo de Santo Amador na luta pela reposição de freguesias”, sendo a votação efetuada ponto a ponto. -----

----- Ponto Um - Manifestar apoio à vontade da população de Santo Amador em ver reposta a sua freguesia. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, **aprovar** o ponto um da moção apresentada. -----

-----Ponto Dois: “Comunicar ao órgão de soberania, Assembleia da República e aos órgãos parlamentares, que o processo da reposição da freguesia, desenvolvido ao abrigo da Lei trinta e nove/dois mil e vinte e um, de vinte e quatro de junho, deixou por repor a freguesia de Santo Amador, conforme era vontade esmagadora da sua população”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com dez votos a favor, quatro abstenções e treze votos contra, **não aprovar** o ponto 2 da referida moção. -----

-----Relativamente à Moção Quatro - Da CDU - “Moção contra o pacote laboral pela valorização do trabalho e solidariedade com a greve geral de onze de dezembro” o senhor Presidente da Assembleia, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Verificando-se não haver intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a moção “Contra o Pacote Laboral – Pela Valorização do Trabalho e solidariedade com a Greve Geral de onze de dezembro -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com dez votos a favor, quinze abstenções e dois votos contra, **aprovar** a moção “Contra o Pacote Laboral – Pela Valorização do Trabalho e solidariedade com a Greve Geral de onze de dezembro”, apresentada pelos eleitos da **CDU**. -----

-----Verificando não haver mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia informou que iriam passar ao período da Ordem do Dia. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que iria propor uma troca nos pontos, nomeadamente, que fosse primeiramente discutido e votado o ponto nove: Proposta de Designação de Fiscal Único para a Herdade da Contenda, no entanto, pediu desculpa, informando que faltava apreciar e votar o Ponto Um. -----

----- **1. Apreciação e Votação da Ata N.º 02/2025 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 20 de novembro de 2025. (DOC.06/03)** -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para o ponto um da ordem do dia. -----



*Infante
Dona*

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo referindo que, uma vez que estavam com eleições, pretendia chamar a atenção para a ata em causa, frisando que segundo a sua leitura a ata apresentava um erro. O Presidente Hélder Raposo frisou que deveria ser revista a página nove, na votação do Conselho Cinegético Municipal, uma vez que a votação estava errada, pois foram vinte e três votos a favor e três votos em branco, uma vez que, todas as moções, todas as propostas dos conselhos municipais, à exceção do Conselho Municipal Taurino, tiveram vinte e três/três. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo frisou que apenas o Conselho Municipal Taurino tinha tido vinte e quatro/dois na votação, solicitando que o erro fosse revisto, ou que fosse ouvida a gravação e que essa parte fosse revista, frisando que todos os elementos da Assembleia estavam a concordar. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia, informando que o ponto iria ser retirado, que iria averiguar e que se houvesse correções a fazer, a aprovação da ata iria ser votada na próxima Assembleia. -----

-----Solicitou a palavra novamente o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo, uma vez que pretendia colocar mais uma questão, no que concerne, aos documentos que eram trazidos à Assembleia, que eram em grande número e com um número bastante elevado de páginas, frisando que a bancada da CDU solicitava que os mesmos fossem enviados em PDF, e não em imagem convertida em PDF, uma vez que a imagem convertida em PDF não dava para efetuar procura direta, frisando que tinham que estar a procurar quatrocentas páginas, o que dava muito trabalho. -----

-----Ressalvou o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo que os documentos tinham chegado dentro do prazo, no entanto, tinham chegado relativamente tarde, o que dificultava a análise com o cuidado requerido, frisando que se fosse em PDF os eleitos facilmente conseguiriam efetuar a pesquisa que pretendiam. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia referiu que iria ter em atenção essa informação e caso fosse possível tecnicamente, que se trataria dessa situação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Usou da palavra o eleito João Ramos referindo que pretendia acrescentar um complemento àquilo que o seu camarada tinha terminado de proferir, ressaltando que, no que concerne, à questão das atas, se as mesmas fossem enviadas em Word, facilitava o trabalho, uma vez que os eleitos poderiam remeter de volta com as suas posições, e posteriormente seria revisto, ou então, que fossem, num formato onde pudessem colocar notas, facilitando o trabalho de quem estava a elaborar as atas. ----

-----O senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra referindo que, o melhor seria, o envio com alguma antecedência e caso os eleitos verificassem algum erro, fizessem chegar aos serviços, frisando que ficava registado. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação da Proposta de retirada do Ponto da ordem do dia. -----

-----**Deliberado retirar** para revisão e posterior submissão a votação a Ata número dois/dois mil e vinte e cinco - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte de novembro. -----

-----Prosseguiu a reunião o senhor Presidente da Assembleia informando que o ponto nove, passava a ponto dois, após concordância da Assembleia. -----

-----**2. Proposta de Designação do Fiscal Único para a Herdade da Contenda (DOC.07/03).** -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para o ponto dois da ordem do dia. -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação da Proposta de Designação do Fiscal Único para a Herdade da Contenda. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com dezassete votos a favor e dez votos contra, **aprovar** a Proposta de Designação do Fiscal Único para a Herdade da



Contenda, a empresa Oliveira, Reis & Associados, representada por Carlos Manuel Grenha, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----Prosseguiu a reunião o senhor Presidente da Assembleia Municipal informando que estavam abertas as inscrições para o ponto três da ordem do dia. -----

-----3. Proposta de Criação de Grupo de Trabalho para revisão ao Regimento da Assembleia Municipal de Moura (DOC.08/03). -----

-----O senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, informou que iria colocar à consideração da Assembleia um membro de cada bancada, para que se pudesse trabalhar o Regimento, que obrigatoriamente tinha que ser trabalhado, uma vez que havia mais uma freguesia, com a separação de Safara com Santo Aleixo, e também para que se colocasse em regimento a questão das transmissões em direto das Assembleias, questionando, de seguida, ao eleito Gabriel Ramos, se tinha alguma proposta, de um elemento para apresentar. -----

-----O eleito Gabriel Ramos fez uso da palavra, referindo que os eleitos da CDU, indicavam a eleita Ana Maria Farinho como a representante da bancada. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia registou e questionou a Bancada do CHEGA se tinham algum nome para fazer representar no grupo de trabalho. -----

-----O eleito Mário Daniel referiu que tinham um nome para apresentar, indicando a eleita Serafina Patricio. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia registou e questionou a Bancada do PS, se tinham um nome para indicar. -----

-----O eleito José Manuel Neves, saudou os presentes e referiu que a bancada do PS, propunha a eleita Maria do Carmo Sampaio para integrar o grupo. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu e questionou a bancada da Coligação Acreditar na Mudança, se tinham um nome para indicar. -----

-----O eleito Rui Almeida saudou os presentes e referiu que a bancada Coligação Acreditar na Mudança, propunha o eleito João Guerreiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----O senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a reunião informando que estava constituído o grupo, de trabalho, com vista à revisão do regimento da Assembleia, passando de seguida à votação a Proposta de Criação de Grupo de Trabalho para revisão ao Regimento da Assembleia Municipal de Moura. -----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e sete votos a favor, **aprovar** a criação do grupo de trabalho para revisão do Regimento da Assembleia Municipal, constituído pelos seguintes membros: -----

-----Ana Maria Charrama Farinho - proposta pela CDU. -----

-----Serafina dos Santos Costa Patrício - proposta pelo Partido Chega. -----

-----Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio - proposta pelo Partido Socialista. -----

-----João Francisco Torrado Guerreiro – proposto pela Coligação Acreditar na Mudança. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para o ponto quatro da ordem do dia. -----

-----4. Proposta de Regulamento Interno de Organização dos Serviços Municipais (DOC.09/03). -----

O senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições para o ponto quatro da ordem do dia. -----

-----O eleito João Ramos tomou a palavra referindo que, na perspetiva da bancada da CDU, achavam que o ponto devia ser retirado e não devia ser votado, porque entendiam que o ponto não cumpria o Regime de Organização dos Serviços das Autarquias Locais, uma vez que o diploma, dizia que *“entre as competências da Assembleia Municipal”*, não dizia que entre elas estava a aprovação do Regulamento Interno dos Serviços Municipais, frisando que o que dizia era que: *“é competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar o modelo de estrutura, aprovar a estrutura nuclear e definir o número máximo de unidades, o número máximo*



de subunidades e número máximo de equipas disciplinares e o número máximo de equipas de projetos”, ressaltando que por essa razão, a Assembleia Municipal, o que tinha a fazer era definir essas questões e não aprovar o regimento, e o regulamento de serviços. -----

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que, nas competências da Câmara, o que dizia era que: “à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente, compete criar as unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal”, reiterando que, quando o regulamento foi feito, a Assembleia Municipal não tinha fixado esses limites, por essa razão, não cumpria este preceito, ressaltando que, aquilo que a Assembleia deveria estar a fazer era fixar esses limites e posteriormente a Câmara, aprovava o regulamento dos serviços, o regulamento interno, que, conforme a lei indicava, carecia de ser submetido à Assembleia Municipal. -----

-----Frisou o eleito que sabia que essa legislação já estava em vigor há algum tempo e que já havia diferentes executivos municipais sobre a vigência dessa legislação, e que efetivamente, tinham percebido essa questão e esses procedimentos da lei. Por esse fato, entendiam que o ponto devia ser retirado e que a Câmara Municipal deveria propor à Assembleia que se pronunciasse e que fixasse estes limites, que era o que estava definido na lei e posteriormente, a própria Câmara Municipal aprovava o regulamento. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário pedindo desculpa, referindo que tinha os olhos a arder parecendo-lhe que tinha sido da intervenção do eleito João Ramos que o teria feito chorar, uma vez que, já andava há tantos anos em reuniões de Assembleia Municipal e que tinha sempre visto as propostas serem formuladas dessa forma e que tinha ficado admirado, ao fim de tantos anos, o eleito João Ramos vir levantar essa questão. A bancada do Partido Socialista, para cabal esclarecimento dessa situação, solicitava ao senhor Presidente da Mesa, até por uma questão de rigor, cinco minutos para que pudessem efetuar uma reanálise dessa situação, na certeza de que, ao fim de tantos anos, bem-vinda essa intervenção do eleito João Ramos, que nunca se lembrou nos outros anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia que dava cinco minutos para reflexão sobre assunto supracitado. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que relativamente ao assunto que foi levantado, a informação que obteve foi que esse regulamento estava elaborado de acordo com outros regulamentos anteriores, nomeadamente, os regulamentos apresentados no anos dois mil e dezoito e dois mil e vinte e dois, e respeitavam o Despacho oito mil seiscientos e setenta e um de dois mil e dezoito, publicado em Diário da República, no dia vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito e o Aviso mil trezentos e vinte de dois mil e vinte e dois, publicado em Diário da República a dia vinte de janeiro de dois mil e vinte e dois, segunda Série, número catorze. -----

-----No entanto, o senhor Presidente da Assembleia frisou que se fosse necessário mais alguma informação, solicitaria esclarecimento ao departamento jurídico, passando de seguida a palavra ao eleito João Ramos. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos, referindo que as Portarias e os Avisos não impediam ou não inibiam o cumprimento da Lei, no entanto, se fosse necessário solicitar parecer ao conselho jurídico sobre essa matéria, não havia condições de votar o ponto. -----

----- Prosseguiu o eleito Rui Apolinário frisando que, as Assembleias, tal como as Reuniões de Câmara, costumavam, por norma, ter apoio dos serviços, estando aptos a prestarem o esclarecimento, portanto, se o senhor Presidente da Assembleia entendesse, poderia sempre pedir aos serviços jurídicos que pudessem proceder ao esclarecimento. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que iria solicitar, apoio ao gabinete, nomeadamente, ao senhor Cadeirinhas, se fizesse o favor, se pudesse esclarecer esse assunto. -----

-----Tomou a palavra o senhor Cadeirinhas saudando os presentes e prosseguiu referindo que pretendia, acrescentar àquilo que já tinha sido dito, que não se tratava de avisos, nem despachos publicados em Diário da República, tratava-se de deliberações da Assembleia Municipal de Moura, quer no ano dois mil e dezoito, quer no ano dois mil e vinte e dois, que foram as últimas referidas pelo senhor Presidente da



*White
Dongre*

Assembleia, frisando que ao longo dos anos que já levava na casa, e que já eram bastantes, inclusivamente nos mandatos governados pela CDU, que a técnica legislativa para fazer o regulamento tinha sido idêntica, pedindo desculpa, por fazer essa referência, no entanto, de facto, não fazia rigorosamente sentido nenhum, colocar as coisas nesses termos. -----

-----Usou da palavra o eleito Gabriel Ramos frisando que, não estava em questão se no passado estava bem ou estava mal feito, ressaltando que se esse procedimento estava mal feito no passado, cabia-lhes, como eleitos da Assembleia Municipal, corrigi-lo, uma vez que, por se ter feito anteriormente mal, não teria que se continuar a fazer mal. -----

-----O eleito referiu que se tinha identificado uma situação em concreto onde existiam dúvidas concretas, se o procedimento era esse ou não era esse, tinha que se tentar forçar essa situação, justificando que, pelo facto que no passado se fazia dessa forma, não lhe parecia, de todo, a melhor forma de efetivamente tratar o assunto. No entanto, uma vez que, havia um parecer jurídico, se havia efetivamente convicção que era dessa forma que era feita, no entanto, ressaltou que justificar com aquilo que foram deliberações do passado, parecia-lhe, de todo, fora do contexto. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário ressaltando que, por uma questão de rigor e de correção, e porque ficava sempre registado, gravado e posteriormente ficava em ata, fazia a apologia do Doutor Cadeirinhas, que em nenhum momento referiu que no passado se fazia mal e que apenas tinha evocado a prática que vinha desde o passado até ao presente, reforçando que em nenhum momento o Doutor Cadeirinhas disse que se fazia mal e que no presente se fazia bem. -----

-----Tomou a palavra o eleito Manuel Bio agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia e cumprimentando todos os presentes, frisando que em termos jurídicos, não percebia absolutamente nada, no entanto, tinha sido levantada uma questão que achava que, em nada impedia que a proposta fosse votada, recomendando à Mesa da Assembleia que posteriormente verificasse a situação, porque se sempre se tinha feito assim, não era razão para que se deixasse de o fazer. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia solicitou à Assembleia cinco minutos para a Mesa tomar uma decisão, informando de seguida, que a Mesa entendia que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

elementos que foram referidos integravam o regulamento, e como tinha sido prática anteriormente, a Mesa entendia que era para manter. -----

-----No uso da palavra o eleito Gabriel Ramos retorquiu, que nesse caso, a Mesa iria manter o ponto na ordem de trabalhos e iria passar à votação e que assim sendo, os eleitos de CDU solicitavam que a Mesa da Assembleia posteriormente tentasse obter informações cabais sobre a metodologia, se efetivamente aquilo que era a metodologia utilizada e estando a ser utilizada no presente, esclarecer efetivamente as dúvidas e as preocupações que foram levantadas por parte dos eleitos da CDU e que, convinha um esclarecimento cabal do procedimento. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário frisando que, naturalmente, pegando na intervenção do eleito Gabriel Ramos e para a Mesa poder ter um termo de comparação, ressaltou que a bancada da CDU teria de apresentar uma fundamentação, com introdução, desenvolvimento e conclusão, para que a Mesa posteriormente pudesse fazer vingar a sua posição sobre a defesa fundamentada por parte da bancada da CDU, assumindo que certamente o fariam chegar à Mesa. -----

-----O eleito Gabriel Ramos ressaltou, que a argumentação que tinha sido apresentada pelo seu camarada João Ramos, aquando da sua intervenção, estava apresentada, cabia efetivamente à Mesa da Assembleia, com o apoio do departamento jurídico da Câmara, solicitar um parecer para confirmar se a metodologia era correta ou não era correta, retorquindo que se a metodologia fosse correta, mantinha-se efetivamente, a deliberação que fosse tomada na reunião, não sendo a correta havendo uma aprovação, obviamente ficaria nula e teria que ser remetida novamente à Assembleia Municipal. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário, focando que sobre a questão da nulidade ou outra consequência, não se iria pronunciar, no entanto, relativamente ao dever de fundamentação, essa questão garantia que, para se poder fazer vingar uma proposta sobre a outra, devia haver um dever de fundamentação da parte que alegava e nesse caso, ou faziam chegar por escrito à Mesa, ou transformavam a sua declaração, transcrevendo-a para a ata, no entanto, ressaltou que, por uma questão de rigor e o procedimento administrativo assim o dizia, que deveria haver um dever de fundamentação. -----



-----Solicitou a palavra o eleito José Gonçalo referindo que não estava a perceber muito bem, se era um debate político, uma vez que, tinham sido levantadas questões relativamente, a se um determinado ato estava a ser feito da forma correta e adequada à lei. Frisando que havendo uma gravação, era político porque fundamentava a posição da bancada da CDU, que era uma posição política e que não era um tribunal, que nem sequer estavam num grupo de trabalho para fazer aprovação de regulamentos e que estavam numa Assembleia Municipal. -----

-----Usou da palavra o eleito Manuel Bio referindo que tinha ficado embaralhado, uma vez que, não percebeu se era um problema legal, se era uma questão política, porque elas eram analisadas de formas completamente diferentes, frisando que se era uma questão legal, teria que seguir um caminho, se era uma questão política, teriam de colocar o que tinham que colocar e terminar o assunto por ali, uma vez que, eram coisas completamente diferentes e que tinha ficado bastante embaralhado com as posições dos eleitos da CDU. -----

-----No uso da palavra o eleito José Gonçalo, prosseguiu frisando que não eram a CDU e Associados, eram uma bancada que foi eleita, que tinha a opinião sobre determinados assuntos, que não tinha formação jurídica, nem tinha que ter, mas que tinha opiniões e tinha posições políticas e sabia apreciar documentos, com todas as dúvidas, que podiam errar, podiam acertar, no entanto, estar a fazer uma fundamentação jurídica, com preâmbulo, se calhar, não seria o mais sensato. -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Assembleia, frisando que para encerrar passaria a palavra ao eleito João Ramos e que seguidamente a Mesa decidia se o ponto passaria   votação. -----

-----Prosseguiu o eleito João Ramos frisando que pela bancada da CDU, estava discutido e que o que pretendiam discutir era uma questão de natureza legal, que tinha implicações políticas. Entendiam que a forma como o processo estava construído lhes levantava dúvidas legais, esse fato posteriormente condicionava politicamente a posição da bancada relativamente à proposta que tinha sido apresentada e entendiam que existia e por essa razão iria condicionar o posicionamento de voto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Verificando não haver mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação da Proposta de Regulamento Interno de Organização dos Serviços Municipais. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com treze votos a favor, quatro abstenções e dez votos contra, **aprovar** a proposta de Regulamento Interno de Organização dos Serviços Municipais, apresentada pela Câmara de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que passariam ao ponto cinco da ordem do dia. -----

-----**5. Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026 (DOC.10/03).** -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para o ponto cinco da ordem do dia, passando a palavra ao eleito João Ramos, apelando ao poder de síntese nas questões que iria colocar. ----

-----No uso da palavra o eleito João Ramos referiu que a intervenção do senhor Presidente da Assembleia tinha suscitado outra intervenção, uma vez que, o senhor Presidente José Velez limitava o tempo que as intervenções levavam, ressalvando que a única limitação que havia eram quatro horas para a duração da reunião da assembleia e, por essa razão, não havia qualquer outra limitação. -----

-----Prosseguiu o eleito ressalvando que a Assembleia era um Órgão de debate político e na sua opinião, uma vez que reuniam cinco vezes por ano, deveriam sentir o à-vontade para realizar o debate e para fazer funcionar a democracia. Frisou o eleito que a única coisa que pretendia dizer, e que seria muito rápido, se o senhor Presidente da Assembleia não tivesse feito essa apreciação, já tinha terminado, era, frisar que o presente ponto estava intimamente relacionado com o ponto anterior e, por essa razão, essa constatação condicionava o sentido de voto da bancada da CDU. -----

-----Verificando não haver mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia, informou que passariam à votação da Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026. -----



-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com treze votos a favor, duas abstenções e doze votos contra, **aprovar** a Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e seis, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam ao ponto seis da ordem do dia. -----

-----**6. Proposta de Grandes Opções do Plano para 2026-2030 e do Orçamento para o ano de 2026 (DOC.11/03).** -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para o ponto seis da ordem do dia. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Guerreiro, referindo que aquando da apreciação do orçamento em reunião com o executivo camarário, na rubrica Programa Mais - Saúde Sénior , Saúde Oral e Ocular, e no que dizia respeito ao apoio à aquisição e bens e serviços, questionou, para esclarecimento, qual eram os bens e serviços que estavam consagrados, pelo que o chefe de gabinete da presidência informou que ia tentar informar-se junto da pessoa responsável, e solicitou que o corrigissem se estivesse enganado, que era a doutora Marina Figueiredo, e posteriormente, foi-lhe enviado um email, a informar que eram diversos serviços, ao que o mesmo respondeu que “diversos serviços” continuava a parar uma manta de incerteza quanto à qualidade dos serviços. Por essa razão, o eleito João Guerreiro solicitou esclarecimento sobre qual eram os serviços que estavam consagrados, na saúde oral. -----

-----Tomou a palavra a eleita Ana Farinho referindo que os eleitos da CDU, antes de iniciar a discussão do ponto de ordem de trabalhos, queriam deixar umas notas prévias relativamente ao assunto. -----

-----Frisou a eleita que, em primeiro lugar assinalava que era a primeira vez que iriam discutir esse assunto, avaliar esses documentos das Grandes Opções de Plano e Orçamento para dois mil e vinte e seis, uma vez que, num primeiro momento, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

âmbito do Estatuto do Direito à Oposição, no qual foram convidados a comparecer a uma reunião para a apresentação de contributos, os eleitos da CDU e os representantes dos partidos que compunham essa força política, entenderam não o fazer no presente ano, ressaltando a eleita que a razão se prendia sobretudo com o facto de os eleitos da CDU considerarem que ao longo dos anos as propostas tinham sido apresentadas, mas não tinham sido consideradas, pelo fato de terem comparecido todos os anos às reuniões, que tinham tentado fazer essa intervenção de uma forma séria e construtiva, mas a verdade era que as propostas da bancada da CDU nesses documentos tinham tido pouco ou nenhum acolhimento. -----

-----Nesse sentido, a eleita frisou que a bancada da CDU entendeu que o direito de participação e dar contributos no âmbito desse estatuto do direito à oposição, não podia ser um ato que era exercido só formalmente, e por essa razão, eram convidados apenas porque havia um estatuto que dizia isso, que a oposição deveria ser convidada a dar contributos, e posteriormente, após os eleitos da CDU estudarem os assuntos, estarem presentes nas reuniões, tentarem contribuir, apresentarem propostas, em suma, por norma essas propostas raramente eram acolhidas, e acabavam por nada resultar dessas reuniões. -----

-----Prosseguiu a eleita ressaltando que num segundo momento, os eleitos da CDU também poderiam ter participado e contribuído para essa discussão, poderiam tê-lo feito na reunião de onze de dezembro, em que, para além desses documentos, outras matérias de grande importância estiveram agendadas para essa reunião, no entanto, frisou que no dia onze de dezembro, como todas as pessoas tinham conhecimento, realizou-se a greve geral. -----

-----Ressaltou a eleita que os vereadores da CDU também decidiram, não estarem presentes nessa reunião, tendo em conta essa greve geral com uma ampla adesão dos trabalhadores, greve essa que juntou as duas centrais sindicais, uma vez que, não era todos os dias que era marcada uma greve geral. -----

-----A eleita Ana Farinho retorquiu que, haviam uma série de medidas contra os trabalhadores, que eram alvo de uma grande preocupação, nomeadamente, as medidas do Pacote Laboral que estavam explanadas e que tinham a perspetiva de poderem vir a passar, eram bastante gravosas para os trabalhadores, pelo que, os



eleitos da CDU, entenderam que a data escolhida para a realização dessa reunião também não foi a melhor, e dessa forma, os eleitos da CDU entenderam também não estarem presentes, uma vez que também isso demonstrou por parte do executivo, no seu entender, pouca solidariedade num momento de luta tão importante como o que se estava a atravessar no momento. -----

-----Prosseguiu a eleita frisando que se podia pensar que foi uma reunião que até foi agendada por questões de urgência e que não poderia haver outro dia para a marcação dessa reunião, que posteriormente, acabou por não ser o caso, e tanto que não foi assim que os documentos que lhes poderiam ter sido entregues logo na sexta-feira, acabaram por ser entregues na segunda-feira, o que também não mostrou a inevitabilidade da data, que teve de ser exatamente no dia onze, no dia da greve. -----

-----Relativamente a essa questão, frisou a eleita que os eleitos da CDU pretendiam questionar se as propostas de outros elementos da oposição estiveram presentes na reunião, e quais foram as rubricas que foram alteradas na sequência das reuniões realizadas ao abrigo do estatuto da oposição, comparativamente àqueles documentos que lhes foram enviados previamente. -----

-----O eleito Gabriel Ramos informou que pretendia colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, passando a elencá-las. No que concerne, a uma rubrica nas Grandes Opções do Plano que se referia à valorização do património imaterial, com várias verbas que totalizavam mil e seiscentos euros, questionou qual era o propósito da verba, que se refletia na página noventa e quatro do PDF. Prosseguiu fazendo referência ao Festival do Peixe do Rio, que surgia com os fins de semana gastronómicos, questionando se o festival era para realizar ou a ideia tinha sido abandonada. -----

-----O eleito questionou a renovação da rede de águas que aparecia na receita com uma verba de um milhão quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta euros, e os eleitos da bancada da CDU, não conseguiram encontrar valor correspondente na despesa, questionando onde era que se encontrava. -----

-----No que concerne às regras provisionais, na página quinze e dezasseis do PDF, o eleito referiu que aparecia: *“sem prejuízo do disposto na alínea anterior até a publicação do Orçamento de Estado para o ano a que respeita, o orçamento*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

autárquico, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado é considerado este último orçamento, não podem ultrapassar as constantes do Orçamento de Estado em vigor, atualizadas com base na taxa de inflação prevista”, frisando, no entanto, que mais adiante, na página dezoito do PDF, na parte que referia os pressupostos das receitas provisionais, aparecia o seguinte: “As importâncias relativas às transferências financeiras a título de repartição dos recursos públicos do orçamento de Estado, Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação variável do IRS e IVA e ainda a título excecional de cinquenta por cento do número quatro do artigo trigésimo quinto da Lei setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, constante no Mapa doze da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para o ano de dois mil e vinte seis”, dessa forma, o eleito referiu que tendo em conta, que o Orçamento de Estado ainda não foi publicado, como ficaria concretamente, mediante essa contradição, frisando que uma coisa não condizia com a outra e o valor que constava efetivamente, o da proposta para o ano dois mil e vinte e seis, não atualizado com a inflação, que decorria das regras provisionais. -----

-----No tocante ao orçamento da receita, na página quarenta e sete do PDF, o eleito referiu que estavam as rubricas da água, tarifa e disponibilidade, da água tarifa variável, saneamento e tarifa de disponibilidade, saneamento de tarifa variável, resíduos sólidos, resíduos urbanos, tarifa de disponibilidade, resíduos urbanos tarifa variável e que dessas rubricas, a receita acumulada até novembro desse ano era qualquer coisa como o dobro do efetivamente arrecadado, questionando como se conformavam esses valores com as regras provisionais indicadas na página quinze, questionando se seria que se previa um aumento no dobro da tarifa desse sector. -----

-----Ainda neste setor, o eleito questionou como se explicavam os valores relativos à taxa de receção de receitas da administração central, tendo em conta que a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) tinha uma receita prevista de quarenta mil euros (40.000,00 €), mas uma despesa de duzentos mil euros (200.000,00€), e a TRH Água ou taxa de recursos hídricos tinha uma receita prevista de trinta e cinco mil euros (35.000,00€) e uma despesa de cem mil euros (100.000,00€). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Ainda no âmbito dessa receita, o eleito frisou que se referia a fundos comunitários, questionando qual era o ponto da situação relativo a cada uma das rubricas identificadas, se eram para serem de imediato candidatas e aprovadas ou se ainda estavam no Plano de Intenções, que estava na página quarenta e oito, e conferia efetivamente com FEDER, com a Proteção Civil e Gestão de Riscos do Concelho, com uma dotação de cento e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta euros (197.950,00€) , prosseguiu referindo que havia a revitalização da esplanada Mercês com setecentos e vinte e sete mil, novecentos e noventa e cinco euros (727.995,00€) , a Modernização Administrativa e Tecnológica com cento e vinte e nove mil e cinquenta euros (129.050,00€), que havia uma Rede de Águas do Concelho de Moura com um milhão quatrocentos e setenta e três mil e trezentos e sessenta euros (1.473.360,00 €), que havia o Plano de Ação Municipal de Resíduos Urbanos com setenta e dois mil e duzentos e cinquenta euros (72.250,00€), havia a Requalificação do Mercado Municipal com duzentos mil euros (200.000,00€), havia a requalificação da Avenida dos Bombeiros com trezentos e noventa mil euros (390.000,00€) e havia a reabilitação do segundo troço das muralhas modernas com duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta euros (259.770,00€), terminando referindo que eram as questões que pretendia colocar. -----

-----Usou da palavra o eleito António José Gomes cumprimentando o senhor Presidente da Assembleia e a restante Mesa, assim como todo o executivo municipal presentes, os colegas da Assembleia e os técnicos da Câmara e público ali presente e prosseguiu referindo que a sua intervenção era apenas para, muito sucintamente, prestar uma perspetiva daquilo que era a sua visão sobre o orçamento que era apresentado, reiterando que, tal como descrito nas Grandes Opções e em todo o documento que lhes foi fornecido para apreciação e votação, aquilo que se podia verificar era que estavam perante um conjunto muito vasto de investimentos, escusando de os elencar, uma vez que o eleito Gabriel Ramos tinha terminado de referir uma série deles, que eram de facto dos mais importantes a destacar, bem como também era de assinalar que tudo o que estava previsto, não só em termos de obra, mas também de intervenção na área social e na área do turismo, de apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial e do tecido social. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Frisou o eleito que, do ponto de vista financeiro, o orçamento tinha de facto uma dotação em capital bastante elevada, que se coadunava inteiramente com o vasto conjunto de investimentos que estavam nele previstos. Dessa forma, o eleito António Gomes, referiu que aquilo que era possível verificar, por força dos números que podiam consultar, verificava que era possível manter o equilíbrio orçamental, tal como a lei o definia, e do ponto de vista financeiro do endividamento, olhando para os documentos, não havia qualquer agravamento da situação financeira do município. ----

-----O eleito António Gomes, frisou que desse ponto de vista que, tal como o executivo tem habituado a Assembleia, esse vasto leque de obras que estavam previstas, naturalmente, seria para executar, e seriam para pagar. -----

-----Em jeito de sùmula, o eleito referiu que, quanto ao documento apresentado, para apreciação e votação, estavam perfeitamente tranquilos, pelo que estariam perfeitamente à vontade para aprovar o documento. -----

-----Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo frisando que no que se referia às Grandes Opções da Câmara Municipal de Moura para o ano de dois mil e vinte seis, e após uma análise cuidada do documento, constata-se que não estava prevista qualquer intervenção direta e identificada para a freguesia de Sobral da Adiça, ao contrário do que acontecia com outras freguesias do concelho, ressaltando que as ações mencionadas se limitavam essencialmente a intervenções de carácter transversal, como arranjo de caminhos rurais ou pavimentações genéricas, que embora importantes, não correspondiam de forma concreta às necessidades específicas da freguesia, nem traduziam um investimento claramente direccionado para o seu desenvolvimento. -----

-----O Presidente da Junta da Freguesia Hélder Raposo referiu que importava frisar, que no seguimento da reunião realizada entre o executivo da Câmara Municipal de Moura e o executivo da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, no dia dez de dezembro, tinha sido assumido pelo executivo camarário que se realizaria uma intervenção concreta devidamente identificada pela freguesia, situação conforme solicitado já tinha sido oportunamente comunicada e enviada ao executivo camarário. -

-----Ressaltando o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo que não poderia deixar, no entanto, de manifestar algumas preocupações que careciam de uma



resposta e intervenção por parte da Câmara Municipal com alguma urgência, nomeadamente, a situação das habitações degradadas, obras que se encontram algumas delas em situação coerciva, que se tinham vindo a agravar progressivamente, representando em vários casos um risco para a segurança de pessoas e bens, frisando ainda a necessidade urgente de se avançar finalmente com as tão ambicionadas obras de requalificação da rede de abastecimento de águas e saneamento, de forma a minimizar as elevadas perdas de água existentes e a realização de intervenção posterior nos arruamentos, consequência direta dessas obras, situação que contribuiria significativamente para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida da população.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja Tiago Batista cumprimentando a Mesa da Assembleia, o executivo camarário, os restantes vereadores eleitos, os restantes membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Público e funcionários da Câmara Municipal de Moura, frisando que as suas questões eram meramente informativas. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia solicitava que a Junta de Freguesia de Amareleja tivesse informações sobre a tão desejada piscina, nomeadamente, o local, as datas, as consultas públicas do projeto, o financiamento, e esclarecimento também sobre outros projetos que o próprio viu no plano, como por exemplo, a via pedonal, as obras de requalificação urbana e o Espelho d'Água na Praça da República. -----

-----Referiu o Presidente da Junta de Freguesia que gostava que esse tipo de projetos e todo o tipo de informações chegassem à Junta de Freguesia, para poder ser consultado e apreciado por todos. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu por concluída a ronda de questões e passou de seguida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura. -

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia, saudando a Mesa, o público presente, os colegas dos serviços do município, as senhoras e os senhores eleitos e solicitou permissão ao senhor Presidente da Assembleia, para que em primeiro lugar começasse por dizer o seguinte: *“tem sido tónica dominante deste executivo e dos executivos que nos antecederam, desde dois mil e dezassete, fazer bom uso daquilo que se chama*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

“Direito de Oposição”, coisa que não acontecia no passado e que era colocado para 3º, 4º ou 5º plano. Os partidos praticamente não eram ouvidos, ou muito pouco ouvidos em gestões anteriores da CDU. E nós, obviamente, fizemos do Direito de Oposição uma boa prática. Uma boa prática, de facto, é saber ouvir e saber convergir, mesmo que tenhamos dúvidas sobre as propostas dos partidos, ou muitas das vezes até nem coincidamos no tocante a essas propostas. -----

-----Ora um executivo que não tem maioria numa câmara ou não tem maioria numa Assembleia Municipal, quer que esses documentos passem e quer que essas obras se façam, e quer que esses instrumentos de desenvolvimento do concelho possam ser, sem dúvida nenhuma, operacionalizados. Portanto, mal nos ficaria a nós, até porque seria um completo, um péssimo ato de gestão, que nós não ouvíssemos os partidos. Mas o que é certo é que a CDU se quis afastar desta discussão, e hoje aparece nesta discussão como se nada tivesse acontecido, mas aconteceu. A CDU foi o único partido com assento nesta Assembleia e também na Câmara que não quis conversar connosco sobre as opções e planos para o ano dois mil e vinte seis. E isso não pode ser imputado como responsabilidade do executivo, tem que ser imputado obviamente à CDU, porque quis ficar à margem de toda e qualquer discussão das opções e planos, o que eu acho lamentável, fico com pena, porque obviamente gostaríamos de ter ouvido a CDU e ter percebido quais eram as propostas da CDU. Hoje parece muito interessado em saber o que é que o PSD e o Chega propuseram, mas esqueceram-se de facto de fazer também esse serviço em prol dos nossos municípios. -----

-----Gostava de deixar de facto esta primeira abordagem em relação às opções e plano. Depois, não nos esqueçamos do seguinte: esta questão da greve já foi discutida na reunião de Câmara. Toda a gente sabe qual é a nossa posição em relação a isso. De facto, tínhamos prazo e temos prazos muito apertados e não temos a garantia sequer que este Orçamento e Plano esta noite aqui passe. Não temos essa garantia, e se não passar temos que dar corda aos sapatos para o tentarmos aprovar ainda antes do final do ano. Portanto, os prazos correm contra nós, sem dúvida nenhuma, porque nós queremos aprovar este plano e orçamento antes do final do ano. E o dia onze, de facto, para nós, era da maior importância. Os senhores Vereadores da



*Infante
Dona*

CDU entenderam que não deviam ir à reunião de Câmara, eu não os censuro por isso, agora também não nos podem censurar a nós por termos vindo trabalhar. O que é certo é que o Plano e Orçamento passou e desceu à Assembleia Municipal. Também não nos podem censurar por termos vindo trabalhar. Nós temos tanto respeito pelas pessoas, pelos colegas, que fizeram greve nesse dia, mas também temos que ter respeito por aqueles que vieram trabalhar. E mais, eu sou daqueles que têm opinião que eleitos não devem fazer greve. Os eleitos devem dar o exemplo, os eleitos devem trabalhar, os eleitos devem estar ao serviço dos seus funcionários e dos munícipes, haja greve ou não haja greve. Olha vejam só, até houve vereadores que não fizeram greve nesse dia, e deviam ter feito greve, porque até faltaram à reunião de Câmara, e deviam ter feito greve nesse dia, mas não o fizeram. Agora, há respeito máximo por todas as pessoas, há respeito máximo por todos os colegas, mas também devia ter havido respeito por um documento que é da maior importância para todos nós, é da maior importância para o município, e não tenho dúvidas nenhuma, também é importante para a CDU. Também é importante, só que não houve respeito, não só por esse documento, e pelo momento que nós estamos aqui a viver, na tentativa de entre todos revalidarmos e de fazer com que este instrumento possa ser utilizado no próximo ano. E mais, não aceito qualquer tipo de apontamento de pouca solidariedade para com os trabalhadores, não. Quem chegou aqui em final de dois mil e dezassete e resolveu o problema dos precários, quem chegou aqui em dois mil e dezassete e depois resolveu o problema dos funcionários da COMOIPREL, quem tem vindo acima de tudo a construir, de uma forma sustentada, uma relação entre os executivos e os funcionários, não aceito esse tipo de lições de moral. Quem nos antecedeu, podia ter feito estas coisas e não o fez, portanto no tocante ao respeito pelos funcionários não aceitamos também lições dessa natureza. -----

-----Quanto às questões que colocaram o PSD, além de esclarecimentos vários, e está aí o eleito João Guerreiro, que pode atestar isso, foram feitos esclarecimentos vários, quer na área das nossas medidas para a natalidade, para a saúde sénior, recebermos também um contributo no sentido da criação de um Conselho Consultivo Municipal, que estamos a analisar do ponto de vista jurídico, e acolhemos de facto essa proposta, penso que é um contributo importante que nos chegou do PSD.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Falámos também da importância do movimento associativo e o porquê das apostas do município nesta atividade. Até gostava de frisar para os eleitos que no próximo ano, em dois mil e vinte seis, nós vamos rever o Regulamento do Apoio ao Movimento Associativo, e contamos muito com o apoio de todos, o contributo de todos para esta discussão, que é da maior importância. Não só o movimento associativo vai estar envolvidíssimo nessa discussão, mas também é importante que os Partidos nos ajudem e deem os seus contributos, porque contamos com todos para essa discussão.

-----Da parte do CHEGA, houve o envolvimento dos responsáveis do Chega, que obviamente pediram também esclarecimentos, com quem conversámos, com quem apresentámos todas as medidas que pretendemos implementar e que vão ao encontro daquilo que foram as propostas que nós fizemos ao eleitorado. Se os senhores verificarem, são as propostas que nós fizemos ao eleitorado e queremos valorizar. -----

-----Havia abertura, sem dúvida nenhuma. Uma das preocupações da CDU nos últimos anos foi sempre a questão de eficiência hídrica, e falámos sempre em eficiência hídrica em cada uma das reuniões do Direito à Oposição. E nós fomos sempre fazendo trabalho nesse sentido. Não se compreende, não compreendo porque é que não quiseram conversar connosco, espero que no próximo ano, quando nos voltarmos a sentar à mesa para discutir o Orçamento e Plano para dois mil e vinte sete, possamos contar com a CDU, porque não tenho dúvidas nenhuma que terá, como todos, propostas importantes para nos apresentar e para discutirem connosco e tirarem, até mesmo em relação à questão das rubricas do próprio orçamento e não tenho dúvidas nenhuma que faremos bem esse trabalho. Quero agradecer é a quem teve a capacidade de conversar connosco, quer o PSD, quer o CHEGA, quer o Partido Socialista, que discutiram este orçamento. Não há orçamentos perfeitos, não há planos perfeito, há, de facto, muito trabalho e nós temos vindo a fazer esse caminho desde dois mil e dezassete, mas quem quis colaborar, quem quis participar, quem quis deixar o seu contributo, fê-lo, e tenho de agradecer de facto a esses eleitos e a esses responsáveis partidários. -----

-----Depois, em relação às questões que nos colocaram também. Gabriel, em relação à questão da avaliação do património imaterial e dos mil e seiscentos euros



(1.600,00 €), isto decorre de um projeto que já existe desde dois mil e dezoito, agora na revista Lacante vinha lá um artigo sobre este projeto, do “Pensar o Intangível”, e as atividades que se podem desenvolver, desde ações com os estabelecimentos de ensino, também exposições e a valorização do património imaterial. Serão estas as medidas e as iniciativas que decorrem desta rubrica. Em relação à questão do Festival do Rio, não é novidade nenhuma para ninguém que nós integrámos as dinâmicas do Festival do Peixe do Rio nos fins de semana gastronómicos, não vamos ter Festival do Peixe do Rio. As dinâmicas associadas ao Festival do Peixe do Rio serão integradas nas dinâmicas dos fins de semanas gastronómicos. -----

-----Quanto às redes de águas e outras questões, o vereador José Banha depois dará as respostas devidas. -----

-----Quanto às questões que o Presidente Hélder coloca sobre o facto de não haver intervenções no Sobral, nós, e vocês sabem, os presidentes de Junta sabem, que nós pedimos atempadamente que nos fizessem chegar as propostas. O Presidente Hélder atrasou-se no envio dessa informação, mas não é por isso que não vamos ter intervenções no Sobral da Adiça, era só o que faltava. E digo-lhe mais, eu até alertei o Presidente Hélder Raposo, para o facto de ainda não termos recebido na altura as propostas da Freguesia do Sobral da Adiça, mas, senhor Presidente, não será por isso que nós não teremos a intervenção que nós solicitámos a cada um dos presidentes de junta em desenvolvimento no próximo ano. Quanto à questão das redes de água, eu, por acaso, já tinha falado com o Presidente Hélder sobre esta questão, mas eu penso que é importante também colocar os eleitos ao corrente da reunião, dos resultados da reunião, que obviamente tivemos com a AGDA e com o senhor Presidente do Conselho de Administração, quer na importância de se analisar a possibilidade de uma nova captação, a AGDA está a fazer esse trabalho, do qual depois daremos conta, não só ao executivo, mas também ao senhor Presidente, ou uma ligação a Safara, eles estão neste momento a analisar essa situação a pedido da Câmara. E eu também pedi ao Presidente Hélder que nos fizesse chegar por escrito outras preocupações, entre elas a questão do coletor, já encaminhei para o Presidente da AGDA, para clarificação da preocupação do Presidente em relação à questão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

coletor, que se tem vindo a atrasar, não por culpa da Câmara, mas obviamente responsabilidade a imputar às Águas Públicas do Alentejo. -----

-----Quanto às questões que o senhor Presidente Tiago Batista colocou sobre a piscina da Amareleja, eu também deixava o vereador José Banha, até porque é um projeto muito querido do José Banha, os projetos que são muito queridos do José Banha, também são do Álvaro e da Teresa, mas eu penso que seria preferível deixar para o José Banha essa explicação, até porque é um projeto de alguma forma foi um bocadinho rocambolesco, mas que será uma realidade graças a este executivo, e se me permitir, senhor Presidente, eu passava a palavra ao vereador José Banha". -----

-----Usou da palavra o Vereador José Banha saudando o senhor Presidente da Assembleia, a excelentíssima Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras vereadoras, eleitos, público. E passou a citar: "Eu há bocado estava aqui muito atento a ouvir as intervenções da bancada da CDU, e começando pela intervenção da eleita Ana, em que este ano decidiram que a não vinda ou a não participação na reunião do estatuto do Direito de Oposição não valia a pena, efetivamente porque supostamente não haveria integração de propostas ou ideias que a CDU tem apresentado, isso não tem sido assim. Eu queria também dizer aqui a todas as bancadas, não tem sido assim nos outros anos. Decorrente das conversas que temos tido, tem havido incorporação de medidas e, naturalmente também, quando ocorrem essas reuniões, nós debatemos todos os temas e explicamos porque é que em determinadas medidas é assim, outras medidas é de outra forma, porque efetivamente estamos a falar de um documento provisional, o orçamento é um documento provisional, não é um documento estanque, e, como nós sabemos, ao longo do ano existem às vezes uns ajustes a esse documento, com alterações, por isso não estamos a falar de um documento que é totalmente estanque. -----

-----A não vinda a essa reunião leva agora a que o eleito Gabriel Ramos coloque aqui um conjunto de questões de números, porque é que é aqui cem, porque é que é aqui duzentos, porque é que é ali trezentos, porque é que não encontramos na despesa, porque é que só vemos na receita. Mas em relação ao encontrar na despesa e na receita, eu vou-me só referir aqui em relação à questão da água, da rede de águas em baixa, da remuneração de águas e esgotos. Efetivamente, nós temos no



quadro comunitário dois mil e trinta em negociação com a CIMB, uma verba que alocamos aí como receita, mas naturalmente também existe uma rubrica na despesa que se refere à remuneração de águas da rede de águas, de esgotos e saneamento. Isso existe, há bocado o Gabriel até falou aí em um milhão e meio, quando estava a falar nas intervenções, falou num milhão e meio, algures aí nesse conjunto de intervenções, que disse e é essa rubrica que está no lado da despesa, acabou por dizer que não a tinha encontrado, mas depois falou nela no fim, estava lá um milhão e meio de despesa. Efetivamente, a importância dessa reunião ou grande parte daquilo que nós podíamos fazer nessa reunião, e aconteceu com as outras forças políticas, é que nós percorremos todo o documento que apresentámos e naturalmente além das propostas que foram feitas pelas várias forças políticas, explicámos nessa data e nessas reuniões de hora e meia, explicámos bem o que nós iríamos ter em cada uma das medidas, até me lembro da questão do PSD, com a questão daquela medida da Saúde Oral, que é uma medida nova, que ainda não há dados do passado, estamos aqui num caminho novo em relação a essa medida. -----

-----Em relação às outras questões, e agora respondendo também ao Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, em relação ao projeto da piscina. O projeto da piscina está praticamente concluído, e quando digo praticamente concluído é que já estão em sede de especialidades, ou seja, a arquitetura está elaborada e estamos em sede de especialidades. -----

-----Isto foi um processo, e nós já falámos dele aqui na Assembleia várias vezes, é um processo que vem fazendo o seu caminho, efetivamente o Sr. Presidente não estava aqui presente e por isso, com legitimidade naturalmente faz esta questão, mas houve aqui um processo em que nós ouvimos a população, num determinado momento havia um projeto que ficava junto entre a Casa Mortuária e a escola, e o agrupamento de escolas, e que depois da discussão com a população se verificou que devíamos seguir outro rumo, nunca saindo da esfera e da periferia da escola, nomeadamente para uma futura candidatura ter mais peso e termos a possibilidade de garantir o financiamento para esse projeto. É um projeto de grande dimensão e por isso, naturalmente, precisamos de fundos comunitários para o podermos executar da melhor forma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Neste momento, quando tiver terminado e completo o projeto, nós ainda numa fase intermédia, em princípio, vamos fazer também essa apresentação, já falámos nisso, a apresentação do projeto na Amareleja, mas neste momento fica numa outra zona em que corresponde a três hectares e vão ser utilizados um hectare e meio para essa infraestrutura. Estamos a falar de quinze mil metros quadrados, para poder utilizar para essa infraestrutura, ao contrário dos dois mil e quinhentos metros quadrados, que era aquilo que era considerado exíguo na zona entre a escola e a casa mortuária. -----

-----Penso que vai ser do agrado da população porque incorpora aquilo que foi as indicações da população na altura em que fizemos a apresentação e por isso em breve estaremos em condições de apresentar o projeto e depois naturalmente ir lutar pelo financiamento para essa obra. -----

-----Em relação às outras que foram aí referidas, estão também a ser planeadas, mas nomeadamente o Espelho de Água ainda não está concluído o projeto, por isso não posso ainda aqui avançar mais do que isto". -----

-----Prosseguiu o Presidente da Assembleia Municipal passando a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal passando a citar: "Repararam certamente que eu me esqueci de responder ao eleito João Guerreiro sobre o projeto de Saúde Sénior, por causa da questão da saúde ocular e também dentária. É um processo que é um compromisso nosso para este mandato, cujo regulamento nós vamos começar a trabalhar já no início do ano e para o qual nós vamos contar, obviamente, também com os contributos de todos. Quando tivermos um "draft" desse regulamento, vamos enviá-los para os partidos, para que nos possam, obviamente, deixar as suas propostas e contributos, mas, assim a talho de foice, no que toca à saúde ocular, desde os óculos, e todas as vezes a grande dificuldade dos mais idosos é a aquisição dos óculos e das lentes, mas também as consultas de optometria e junto do oftalmologista e em muitos casos isso faz toda a diferença na vida dos mais idosos, embora a ULSBA faça, através dos seus serviços, o acompanhamento, por exemplo, das pessoas, dos diabéticos e acima de tudo, dos mais idosos, acho que o município tem, de facto, um contributo a dar neste aspeto,



porque a vida não sorri a todos na hora de ter este tipo de despesas e nós temos a obrigação e o dever moral de cuidar dos idosos. -----

-----Quanto à questão da saúde oral, desde consultas de higiene oral, desde consultas com dentista, próteses, há um universo, um pequeno universo de dados médicos que podem ser contemplados neste regulamento. O que queremos é dar-lhe forma, vamos dar-lhe forma, vamos regulamentar esta medida e não tenho dúvidas nenhuma que com o contributo de todos e com a ajuda de todos vamos ter aqui um bom instrumento de apoio aos nossos idosos, que é mais um passo na importância do trabalho que nós já fazemos. Eu gostava de lembrar que nós temos o ABEM, a Rede Solidária para o Medicamento, que já é só por si, desde dois mil e dezoito, na Câmara, porque já era na União de Freguesias de Moura e Santo Amador, na altura, um apoio e um contributo muito importante para os mais idosos e para os mais desfavorecidos. E até para agregados familiares em que têm muitas dificuldades para pagar no que toca aos medicamentos, da doença crónica, para fazer face a essas despesas todos os meses. Portanto, é esse caminho que nós queremos continuar, João Guerreiro, que vamos continuar, mas que queremos, obviamente, o contributo de todos para nos ajudarem a tornar este instrumento o mais capaz quanto possível". -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo tomou a palavra frisando que o senhor Presidente Álvaro tinha de o desculpar, mas não tinha sido o Presidente Hélder que se esqueceu, uma vez que a informação lhe tinha sido pedida no dia dois de dezembro, e que a reunião do estatuto de direito de oposição foi no dia vinte e oito de novembro, retorquindo que a referida situação lhes tinha sido pedida no dia que haviam falado dos contratos interadministrativos de execução. -----

-----Prosseguiu o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo ressaltando que na reunião do dia dez, o senhor Presidente da Câmara sabia que assim foi, pediu-lhe vários assuntos que fossem reportados por e-mail e que nesse dia, o próprio enviou cinco e-mails diretos ao Executivo Camarário e que no dia quinze, lhe tinha enviado mais um e-mail direto ao Executivo Camarário, reiterando que não foi o Presidente Hélder que se esqueceu, e que os timings é que não tinham sido os corretos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Usou da palavra o eleito Gabriel Ramos e frisou que o senhor Presidente da Câmara, com as interpelações por parte da CDU, falou realmente muito daquilo que foi dito no direito de oposição, mas o objetivo efetivamente dos eleitos da CDU era tentar perceber, ou saber efetivamente, quais foram as propostas que foram efetuadas no direito de oposição e quais foram efetivamente incorporadas na proposta submetida à discussão e deliberação. -----

-----O eleito reforçou, que efetivamente, aquilo que pretendiam saber, não era o que foi discutido, era da discussão o que era que, na realidade, se traduziu em um ato concreto e que relativamente ao direito de oposição e o facto de a CDU não ter estado presente, afirmou que a verdade, e isso era um facto concreto, era que no passado recente sempre estiveram, sempre fizeram propostas, até tinha havido numa Assembleia recente, em que o senhor Presidente, deu o ar de sua graça, com um ar de jocoso sobre a questão das propostas que a CDU fazia, portanto o eleito referiu que, ou efetivamente a CDU fazia propostas e depois dava azo a um gozo, entre aspas, pelo facto das propostas que faziam e prosseguiu afirmando que a verdade era que também num passado muito recente, já com o presente Presidente de Câmara, houve incorporação de propostas da CDU e que depois traduziram efetivamente numa execução de zero por cento. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que, os factos eram factos, a realidade era a realidade, e que havia coisas que por mais que se dissessem, efetivamente depois, num plano concreto, não correspondiam de todo efetivamente àquilo que era dito. -----

-----Prosseguiu a sua exposição o eleito, frisando que não lhe foi respondido relativamente à questão das regras previsionais, e que, referente aos pressupostos das receitas previsionais, faziam referência efetivamente ao Orçamento de Estado, que ainda não tinha sido publicado. -----

-----Ressalvou o eleito que se constatava uma contradição de um ponto para o outro, porque se o Presidente da Câmara Municipal se referia a uma coisa e contradizia efetivamente o anterior, reiterando ainda, que relativamente à questão que para dois mil e vinte seis não estava a questão da atualização da inflação, como decorre das regras provisionais. -----



-----Prosseguiu o eleito retorquindo, que também não tinha havido resposta relativamente à questão da taxa de gestão de resíduos, nem à taxa de recursos hídricos, e que, se fosse possível, haver uma resposta relativamente a essas questões e o facto de a receita, no orçamento da receita, ser sensivelmente o dobro daquilo que estava depois no documento seguinte, cumprindo efetivamente as regras provisionais.

-----Usou da palavra a eleita Ana Farinho referindo que o seu camarada Gabriel já se tinha antecipado à questão que pretendia recolocar e referiu que tinha muito gosto em saber que os partidos da oposição, excetuando a CDU, estiveram nas reuniões do direito à oposição, frisando que a questão que ficou por responder era, saber em concreto que rubricas foram alteradas depois dessas reuniões, salientando que ou foi a própria que percebeu mal ou não lhe pareceu que tivesse existido alguma alteração nos documentos. -----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal e passou a citar: *“Ora, vamos lá então. Em relação à questão que o Presidente Helder coloca, eu pedi que formalizassem e o Presidente só formalizou no dia quinze de dezembro. Até lhe posso dizer a hora. Pois, se só formalizou nesse dia, acho que a pergunta que nos coloca está mais do que respondida. Agora, volto-lhe a dizer, volto a reiterar, Presidente, não será por só ter formalizado no dia quinze de dezembro que deixaremos, obviamente, de fazer aquilo que fazemos, que é cuidar de todos e dar passo aos trabalhos e aos projetos e às vossas ambições durante este mandato. -----*

-----Quanto às questões que o Gabriel coloca: então a CDU recusa-se a participar na discussão deste Orçamento e Plano e vem questionar o trabalho que os outros fizeram, o trabalho que os outros se deram para discutir esta proposta, como se tivesse legitimidade para questionar seja quem for. E não tem. Porque vocês colocaram-se completamente à margem de tudo isto. E eu já lhes disse que contributos é que chegaram do PSD, já disse que da parte do Chega tiveram o cuidado de perceber todo o instrumento, quer da parte do orçamento, quer da parte do plano, e tiveram interesse. Só por si, isso já foi muito mais do que aquilo que a CDU fez, que não fez nada. Nem sequer quis conversar connosco sobre o assunto. Portanto, lamento, caros eleitos da CDU, mas quanto a este assunto não tenho mais nada para vos dizer, porque quem quis participar neste trabalho participou, fez por participar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

muito agradeço a quem participou, porque teve interesse em reunir connosco, em conversar connosco. Agora os senhores não tiveram interesse. Oh, por favor, é preciso também ter um bocadinho de pudor. Os senhores não quiseram saber disto para nada e agora vêm questionar tudo e todos o que é que nós fizemos, o que é que nós falámos e que contributos é que chegaram. Eu já vos disse quais foram os contributos que chegaram. Obviamente, se os eleitos do PSD e do CHEGA entenderem que devem dizer mais qualquer coisa, que o façam. Mas os senhores não têm legitimidade para questionar, seja quem for, quando nada fizeram, quando nada procuraram fazer no tocante ao orçamento e ao plano para dois mil e vinte seis.” -----

-----O eleito João Ramos prosseguiu referindo que o senhor Presidente da Câmara, estava a incorrer num equívoco, uma vez que, o processo de discussão das grandes Opções do Plano e do Orçamento era muito mais do que a participação no âmbito do estatuto do Direito da Oposição, frisando que discutir na Assembleia Municipal o orçamento e as grandes opções do plano também era parte do processo de discussão e de aprovação das Grandes Opções do Plano e que o senhor Presidente estava há uma hora a discutir com os eleitos da CDU e por essa razão, não podia dizer que a CDU ficava à margem dessa discussão. Reiterou o eleito João Ramos frisando que o que podia dizer, era que a bancada da CDU não participou na reunião que tinham sido convocados ao abrigo do Estatuto de Direito da Oposição. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que valia a pena lembrar que passaram oito anos, oito orçamentos da responsabilidade do senhor Presidente e dos Executivos do PS, que tinha sido incluída no orçamento uma proposta da CDU, e que era uma proposta importante, nomeadamente, a Majoração dos apoios ao movimento associativo, reiterando que num ano em que o próprio não se lembra, foi colocada uma proposta, de uma em oito reuniões de discussão e por essa razão condicionava, quando eram chamados a participar ou levar a refletir sobre o nível de participação que tinham. Afirmando o eleito que era só o que faltava, por não terem participado na reunião feita ao abrigo do Estatuto de Direito à Oposição, não pudessem participar na Assembleia Municipal na discussão dos assuntos do orçamento. -----

-----O eleito João Ramos prosseguiu, informando que pretendiam dizer ao senhor Presidente da Câmara que, não marcar iniciativas que implicavam a presença



de trabalhadores, num dia em que três milhões dos cinco milhões de trabalhadores que havia em Portugal, estavam a perder o seu dia de trabalho para lutar contra o malefício que lhe estava a tentar ser imposto, era um sinal que se dava, reiterando que tinha sido um sinal importante por parte de um partido, de uma autarquia que era gerida por um partido como o Partido Socialista, que tinha uma grande participação na UGT e que teve empenhamento e esteve ao lado da greve geral e da luta desses trabalhadores e que era um sinal e era isso que faziam questão de dizer. -----

-----Prosseguiu o eleito João Ramos, salientando que o senhor Presidente da Câmara quis fazer a reunião e que essa decisão ao senhor Presidente pertencia, no entanto, frisou que os vereadores da CDU entenderam que não participavam para dar esse sinal e que essa ação ficava com eles, dizendo ao senhor Presidente, que as suas próprias palavras o tinham enleado, uma vez que, o senhor Presidente disse que o Presidente Hélder Raposo se atrasou no enviar a informação. -----

-----No entanto, o eleito João Ramos, referiu que posteriormente acabaram por perceber que o Presidente da Junta de Freguesia Tiago Batista não sabia o que se ia passar na Amareleja. O eleito afirmou que muito provavelmente não foi solicitado nada aos Presidentes de Junta, frisando que pelo menos, à Amareleja não tinha sido pedido. Ressaltou o eleito João Ramos que era isso que subentendiam daquilo que se tinha passado, frisando que, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral tinha esclarecido os timings em que isso foi feito. -----

-----Relativamente ao orçamento, o eleito pretendia referir, pegando numas palavras do documento que ainda haviam de discutir a seguir, que era a informação da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, em que nessa informação do senhor Presidente da Câmara, referiu que pretendia dar seguimento ao trabalho desenvolvido em mandatos anteriores e esse era um caminho que continuaria a ser trilhado, prossequindo o eleito João Ramos, frisou que estavam precisamente na primeira Assembleia Municipal que ocorreu após as eleições autárquicas, em que a CDU se apresentou como um projeto alternativo, que não foi vencedor, mas que, apesar de tudo, teve uma diferença de cinquenta e três votos para o projeto que foi vencedor e, por essa razão, o eleito referiu que entendiam ter toda a legitimidade e ter até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

responsabilidade de representar uma proposta que foi validada por um conjunto significativo de eleitores do Concelho de Moura. -----

-----Prosseguindo o eleito fez referência a uma proposta que assentava em quatro eixos, que passava por cuidar bem das suas terras, trazê-las mais cuidadas, contribuírem para a coesão do território, através da dispersão de investimentos pelo Concelho, dar maior atenção à manutenção e reabilitação de infraestruturas básicas, apoio a uma base económica que gerasse empregos com direitos, e uma intervenção social ancorada na dignidade da pessoa humana, na valorização da educação, na intervenção da promoção da saúde e numa política cultural, entendendo a bancada da CDU, a cultura como um vetor importante da democracia e da valorização e crescimento pessoal, frisando que todos esses eixos desenvolvidos com uma articulação e uma participação importante das pessoas, porque entendiam a democracia não apenas como uma participação quadrienal de votar de quatro em quatro anos, mas uma participação quotidiana dos cidadãos na vida democrática das suas comunidades. -----

-----Dessa forma, o eleito João Ramos frisou que essa proposta não espelhava aquilo que era a visão que apresentaram para o desenvolvimento do seu município, ressaltando o eleito, que desde logo, porque ela apresentava valores muito acima daquilo que era expectável que viessem a ser usados e, por exemplo, no final de dois mil e vinte seis se previa que na tesouraria houvesse um saldo de tesouraria na ordem dos cinco, seis milhões de euros. -----

-----Prosseguiu o eleito reforçando que, mais evidente ainda de que estão acima do que era expectável era, que havia um valor global previsto de investimento de quarenta e dois milhões de euros, mas que o acumulado até novembro desse ano eram apenas vinte e sete milhões de euros, refletindo uma noção clara dessa diferença. -----

-----Prosseguiu, frisando o eleito João Ramos, que entendiam que apresentavam alguns valores sem consistência, nomeadamente uma previsão de seis milhões de euros que estavam inscritos em outras receitas de capital, que eram receitas de financiamento a partir do FEDER, quando os projetos ainda não estavam, ainda não foram as candidaturas, não foram aprovadas para esses projetos. -----



-----Ressalvou o eleito que depois havia valores previstos para a realização de eventos, como a Feira de Maio ou a Feira de Setembro que ultrapassam em muito aquilo que era o valor para o movimento associativo, ou seja, que havia uma aposta no pontual, em detrimento daquilo que devia ser estrutural no seu Concelho e depois, salientou o eleito, havia o facto de outra questão que os eleitos da CDU não acompanhavam, que era o facto de se prever setenta e cinco mil euros (75.000,00€) para a Noite Branca ou sessenta e três mil euros (63.000,00€) para o Moura Wine e que estavam previstos doze mil, duzentos e noventa e um euros (12.291,00€) para o 25 de Abril ou mil e setecentos e cinquenta euros (1.750,00€) para a comemoração do Dia Internacional da Mulher e por essas razões, os eleitos da CDU reforçavam que eram questões que logicamente não acompanhavam. -----

-----Reafirmou o eleito que apesar de entenderem que o espírito do documento não responder àquilo que julgavam que eram matérias importantes para o Concelho de Moura, referiu que o documento continha algumas propostas orçamentais para desenvolver projetos e investimentos que consideravam que eram significativos e importantes e que, se os eleitos da CDU estivessem na gestão do município, também os desenvolveriam. -----

-----Em suma, o eleito João Ramos frisou que esse era o enquadramento geral que condicionaria o sentido de voto da bancada da CDU na proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que passou a citar: *“Só para fechar da minha parte, o João leu aí uma passagem daquilo que foi o vosso programa eleitoral. Se se têm dado ao trabalho de discutir connosco essas propostas em sede de Direito de Oposição, se calhar, estaríamos aqui com outro tipo de conversa que não essa. Vocês é que se colocaram completamente à margem. A CDU já ganhou eleições neste Concelho com dez votos de diferença face ao Partido Socialista. Três votos, três votos, pronto, ainda menos. E isso não deixou de legitimar a CDU no tocante àquilo que eram as suas opções, orçamento a orçamento, durante o mandato inteiro, certo? Portanto, nós não estamos menos legitimados para fazer valer o nosso programa para os próximos quatro anos. Há uma diferença grande de votos, ainda de três para cinquenta e três, ainda são muitos votos, agora dizer-lhe o seguinte,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

João, vocês é que se colocaram completamente à margem. Obviamente, estamos a discutir um documento que está terminado, foi discutido com quem o quis discutir, com quem quis, sem dúvida nenhuma, ser parte da solução. Os senhores é que se colocaram completamente à margem de toda a discussão à volta do nosso orçamento e plano. E essa é uma marca negativa que fica gravada na CDU durante este mandato, colocar-se completamente à margem de toda a discussão do Orçamento e Plano. Mas eu não tenho dúvidas nenhuma que no próximo ano vão repensar essa situação e voltaremos a tê-los novamente junto do PSD, do Chega, do Partido Socialista, para discutirmos o próximo Orçamento e Plano. -----

-----Quanto à questão da greve geral, eu não vou voltar novamente ao assunto da greve geral, porque já tive a ocasião na reunião de Câmara de o dizer e aqui há bocadinho. Os senhores não nos dão lições de moral no tocante há forma como se defendem os trabalhadores nesta casa e neste país. O Partido Socialista e o Presidente da Câmara Municipal de Moura não aceitam qualquer tipo de lições de moral a esse nível, porque fizemos muito mais do que vocês na defesa dos funcionários da Câmara Municipal de Moura. Todos os dias fazemos muito mais que aquilo que vocês fizeram em vinte anos e deviam ter vergonha de nos estar a acusar de não defendermos os interesses dos funcionários desta casa quando em oito anos fizemos mais e melhor na defesa dos funcionários desta casa. Mas estou eu a dizer, João. Estou eu a dizer". -----

-----Prosseguiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo as intervenções informando que de seguida passariam à votação da proposta de Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e seis/dois mil e trinta e do orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis. -----

-----Solicitou a palavra o eleito João Ramos, indagando o senhor Presidente da Assembleia, sobre o procedimento, questionando se havia alguma manifestação de impedimento. -----

-----O eleito ressaltou que a bancada da CDU teve o cuidado, no período antes da ordem do dia, de colocar esta questão do impedimento, indagando se o eleito Rui Apolinário, que também era chefe de gabinete do senhor Presidente da Câmara, que esteve envolvido na elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano,



*M. Duarte
Borges*

referindo na reunião o eleito João Guerreiro, ao proferir os contactos que tinha havido, a bancada da CDU referiu saber, que tinha sido convocada para a reunião em que não participou, e quem tinha convocado a CDU para a reunião tinha sido o chefe de gabinete do senhor. Presidente da Câmara. -----

-----Pela razão explanada, o eleito frisou que o eleito Rui Apolinário, esteve envolvido no processo, e que por via do impedimento, nem sequer devia ter estado presente na sala quando estiveram a discutir o orçamento e as grandes opções do plano, prosseguindo, fazendo referência que também no momento da votação, não tinha manifestado esse impedimento, que na verdade existia, e bastava ler o parecer da CCDR Norte, como tinha referido anteriormente, parecer o qual escuda a participação do senhor Presidente, e muito bem, frisando que a bancada da CDU que nunca colocaram um problema de incompatibilidade, porque ela não existia, segundo esse parecer. -----

-----No entanto o eleito João Ramos frisou que era um problema de impedimento relativamente à votação, e que essa situação não estava colocada e que a bancada da CDU tinha feito bem em colocar, reforçando que, isso devia ter sido manifestado junto do senhor Presidente da Assembleia para saber as discussões em que devia e em que podia ou não participar. -----

-----Usou da palavra ao eleito Rui Apolinário respondendo ao eleito João Ramos pelo reparo, frisando que também conhecia o parecer e que quando falava, referia-se à possibilidade de participação na votação, ressaltando que o exemplo era precisamente a votação no orçamento e grandes opções do plano. -----

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que se lessem em conjunto, perceberiam que o espírito que preside ao que vem versado no parecer, tinha a ver com a participação técnica na elaboração do documento, não com a participação política ou de outra natureza, frisando que se o eleito João Ramos pretender interromper por dois minutos e fazer essa análise com o próprio, teria todo o gosto. -----

-----Da mesma forma, o eleito Rui Apolinário, antecipou que no período da discussão da informação do senhor Presidente da Câmara, se iria ausentar da discussão, uma vez que o referido documento foi supervisionado pelo próprio, juntamente com os serviços, ressaltando que, esse impedimento o iria fazer no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

momento, reiterando que se o eleito João Ramos quisesse, durante dois minutos, por uma questão de rigor e de clarificação, esclareceria essa situação para que pudessem, de uma forma absolutamente clara e transparente, resolver essa situação ou outras, estando o eleito Rui Apolinário perfeitamente disponível, reforçando, que o parecer falava exatamente na questão do orçamento e grandes opções do plano, e a doutora Maria Fernanda Castanheira Neves foi bastante clara, quando tocou nesse ponto. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos referindo que ia ler, julgando que poderia interessar à Assembleia, que na parte final do parecer onde dizia: *“enquanto titular de mandato, esse parecer foi dado, foi pedido por causa de um membro de um gabinete de apoio pessoal que não era chefe, enquanto titular de mandato autárquico na Assembleia Municipal, consideramos que à luz de determinado na alínea”* e depois elencava o código do procedimento administrativo - *“esta pessoa está impedida de intervir em qualquer procedimento administrativo relativamente a qualquer assunto em que tenha tido participação direta, ou seja, não pode participar na discussão e votação dos pontos de ordem de trabalho da Assembleia Municipal que resultem de documentos elaborados por si, como adjunto, ou relativamente aos quais tenha tido alguma forma direta de intervenção técnica ou política”*. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, frisando que no entender da Mesa, não tinha havido intervenção técnica, como tal, o eleito estava apto a votar. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário frisando que, sem desprimor e sem prejuízo de opinião diversa, citou um exemplo prático: *“Se o Presidente da Câmara me tivesse dito para intervir junto dos serviços técnicos que elaboram o orçamento e grandes opções do plano, para poder dar a minha opinião técnica, porque sou jurista, para aferir da legalidade de alguma das normas que estava no orçamento e eu tivesse intervenção junto dos serviços que elaboram o documento, eu concordaria com essa interpretação que é feita”*. -----

-----Mas não é essa a interpretação que é feita e, se ler o resto do parecer, e é essa parte que eu peço que possamos ler em conjunto, porque diz aí que está habilitado a votar, neste caso, membro dos gabinetes, habilitado a votar, como exemplo, orçamento e grandes opções do plano. Podemos ler isso em conjunto. Se



*Infante
Dias*

não estiver envolvido no ponto de vista técnico, volto-lhe a referir, se da minha intervenção enquanto membro do gabinete do Presidente tivesse resultado alguma influência na elaboração de algum documento, de algum número, de algo que influísse do ponto de vista técnico no documento, eu seria o primeiro a fazê-lo. -----

-----Como tenho a consciência de que a minha intervenção foi completamente indireta relativamente a esse pressuposto, não passou de, como disse e muito bem, como leu e muito bem, de uma parte que não tem nada a ver com o ponto de vista administrativo. Se me disser, o senhor fez as convocatórias para o estatuto do direito de oposição, pois naturalmente que fiz, pois encarrega-me o Sr. Presidente de o fazer. Portanto, é uma incumbência do gabinete. Agora, se o senhor me disser assim, o documento que o senhor me enviou foi o senhor que o fez, foi o senhor que o elaborou, ou ajudou a fazer, ou ajudou a elaborar, pois isso não corresponde. E repare, trata-se sobretudo aqui de duas dimensões que eu peço que os senhores percebam. Uma, de consciência, porque naturalmente não tive nenhuma influência na elaboração desses documentos. E outra, por uma questão que nem faria sentido um membro do gabinete do Presidente interferir na questão técnica da elaboração do documento a que se refere o parecer”, terminou agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia. -

-----Tomou a palavra o eleito Gabriel Ramos referindo que não iria aflorar essa questão sobre o eleito Rui Apolinário, mas que pretendia deixar uma nota, uma vez que foram aqui elencadas uma série de questões, dúvidas, esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara e algumas delas não obtiveram resposta, frisando que se tornava um hábito, o senhor Presidente da Câmara, não responder às mais variadas questões que os eleitos iam colocando, portanto, o eleito pretendia deixar a nota, que efetivamente estavam na reunião para discutir um ponto fulcral, um documento estratégico daquilo que era a vida da Câmara Municipal de Moura e, mais uma vez, o senhor Presidente da Câmara tinha se negado a responder a uma série de questões que para os eleitos da CDU era importantíssimo. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, verificou não haver mais intervenções, informando que passariam à votação da proposta de Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis/dois mil e trinta e do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com treze votos a favor e catorze abstenções, **aprovar** a proposta de Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis/dois mil e trinta e do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e seis, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----Fez uso da palavra a eleita Fátima Ramos, que cumprimentou todos os presentes e procedeu à leitura de uma declaração de voto. **(DOC.12/03)** -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO.** -----

-----“Conscientes da necessidade de um projeto alternativo que coloca o conceito de Moura no rumo do desenvolvimento, a CDU considera que as Grandes Opções do Plano para 2026 deveriam ser um instrumento decisivo para inverter a demissão de governação que foi imposta ao município de Moura. Infelizmente vieram-se a confirmar as nossas mais trágicas previsões, envolvidos oito anos de gestão do PS, a montanha volta a parir um rato. As GOP para 2026 confirmam, uma vez mais, a opção por uma governação sem ambição estratégica, assente na mera gestão do quotidiano e na repetição de soluções que pouco ou nada acrescentam ao futuro do Concelho de Moura. O documento evidencia uma clara preferência por iniciativas de impacto mediático imediato, como grandes eventos e feiras que, embora possam ter utilidade pontual, não substituem políticas públicas estruturantes capazes de responder de forma consistente aos problemas profundos do Concelho. Os investimentos de valor mais significativo identificado, resultam de incumbências colocadas à Câmara pelo Governo que esta aceitou sem dispor de garantias firmes de que o seu financiamento será integral e que o município não estará a subsidiar o governo. Não se encontra nestas Grandes Opções do Plano qualquer projeto estruturante com visão de médio e longo prazo, revelando-se uma preocupante ausência de estratégia para o desenvolvimento integrado do território. Moura precisa de investimento, planeamento e coragem política para aproveitar os seus recursos e potencialidades e não apenas de eventos sazonais. Esta opção política traduz-se inevitavelmente na perda de oportunidades concretas para o desenvolvimento do Concelho, num contexto em que se exigia uma ação mais determinada, inovadora e orientada para o futuro. A CDU não está disponível para colaborar neste processo de menorização do Concelho de Moura,



que resulta da ausência de ambição de estratégia e de visão para o futuro. A CDU está, isso sim, inteiramente disponível para participar de forma construtiva, responsável e positiva, contribuindo para a melhoria deste e de outros documentos estruturantes, sempre com o objetivo de defender os interesses do Concelho e das suas populações. Estamos disponíveis para falar quando nos querem ouvir. Neste sentido, a CDU reafirma a sua disposição e disponibilidade em pugnar por uma política autárquica que vise: -----

----- Cuidar bem das nossas terras e trazê-las mais cuidadas, contribuindo para a coesão do território através da dispersão dos investimentos pelo Concelho. -----

----- Dar maior atenção à manutenção e reabilitação de infraestruturas básicas, apoiar o desenvolvimento de uma base económica que gere emprego com direitos, realizar uma intervenção social ancorada na dignidade da pessoa humana, na valorização da educação e intervenção da promoção da saúde. -----

----- Numa política cultural, entendendo a cultura como um vetor importante da democracia e da valorização e crescimento pessoal e todos estes eixos de intervenção, tendo como transversal uma política de proximidade e envolvimento das pessoas, entende a democracia não apenas com escolha quadrienal do elenco autárquico, mas como processo de participação quotidiana. -----

----- É este o caminho que continuaremos a trilhar. Não ignoramos o trabalho de gestão corrente, nem algumas medidas pontuais previstas, mas recusamos validar um documento que abdica de uma visão transformadora para Moura. Por estas razões e por não podermos acompanhar uma estratégia que se esgota na manutenção do existente, optamos pela abstenção na votação das Grandes Opções do Plano. -----
Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Moura. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam ao ponto sete da ordem do dia. -----

----- **7. Proposta de fixação da participação variável de IRS para o ano de dois mil e vinte e seis (Doc. 13/03).** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos frisando que sobre a questão da participação variável do IRS, os eleitos da CDU tinham tido muitos anos essa discussão, referindo que iriam manter a mesma posição desde sempre, frisando que para quem estava há vários mandatos, era uma questão para os eleitos da CDU era inquestionável, sobre aquilo que era, aquilo que efetivamente defendiam. Prosseguiu o eleito frisando que tinha essa medida do Partido Socialista no passado, um nome que era o Robin dos Bosques invertido, ressaltando que, houve já muita discussão, muitas horas e estava mais do que falado. Os eleitos da bancada da CDU continuavam a achar que essa proposta por parte do Partido Socialista, em concreto, não ia de encontro àquilo que eram efetivamente as necessidades das pessoas, e portanto, o eleito referiu que favorece quem tem mais rendimentos em detrimento das pessoas com menos rendimentos e que os eleitos da CDU mantinham o posicionamento, que sempre mantiveram relativamente a essa situação, e iriam manter enquanto nos mandatos a proposta se mantivesse igual àquilo que se tinha apresentado nos anos passados e que se mantinha no presente ano. -----

-----Tomou a palavra o eleito António José Gomes frisando que, como não podia deixar de ser, os eleitos da CDU voltavam novamente à mesma discussão, e que o eleito Gabriel Ramos referiu que mantinham a posição dos anos anteriores, com as habituais alegações, que todos conheciam -----

-----Em suma, o eleito António José Gomes, referiu que, o PS mantinha a sua visão sobre essa matéria dos impostos e concordavam plenamente com a decisão do executivo em dar esse contributo para aliviar o peso dos impostos que os munícipes tinham que suportar. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não havendo mais intervenções iria passar à votação da Proposta de fixação da participação variável de IRS para o ano de dois mil e vinte e seis. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com quinze votos a favor e doze votos contra, **aprovar** a Proposta de Fixação de Participação Variável de IRS, de uma



participação de dois virgula cinco por cento no IRS para vigorar no ano de dois mil e vinte e seis, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam ao ponto oito da ordem do dia. -----

-----**8. Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2026 (DOC.14/03).** -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente da Assembleia informou que passariam à votação da Proposta de Lançamento de uma Derrama de um, vírgula três por cento, para o ano de dois mil e vinte seis. -----

-----**Deliberado, por maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções, **aprovar** a Proposta de Lançamento de uma Derrama de um virgula três por cento, para o ano de dois mil e vinte seis, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, gerado na área geográfica do Município de Moura, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao ponto nove da ordem do dia. -----

-----**9. Proposta de Fixação de Taxa de IMI para o ano de 2026. (DOC.15/03)-** -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----O eleito João Guerreiro tomou a palavra e frisou que pretendia fazer uma declaração de voto. -----

-----Interrompeu o senhor Presidente da Assembleia Municipal pedindo desculpa, ao eleito João Guerreiro, informando que não havendo intervenções, primeiro se iria proceder à votação e posteriormente, se faria a declaração de voto. -----

-----**Deliberado**, por **maioria dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor e dois votos contra, **aprovar** a Proposta de Fixação de Taxa de IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, de zero virgula três por cento para o ano de dois mil e vinte seis para prédios urbanos e da majoração até ao triplo da taxa de IMI de prédios rústicos, conforme proposta número treze mil novecentos e vinte e seis de cinco de dezembro de dois mil e vinte e cinco, de acordo com o art.º 112.º do CIMI, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----Prosseguiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, indicando ao eleito João Guerreiro, que passasse a ler a declaração de voto (**DOC 16/03**). -----

-----O eleito João Guerreiro usou da palavra e passou a citar a declaração de voto: -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO.** -----

-----“A bancada da Coligação Acreditar na Mudança na Assembleia Municipal de Moura entende que a proposta de fixação da taxa de IMI para o ano de dois mil e vinte seis é oportuna e necessária. Posto isto, cabe à Coligação Acreditar na Mudança, fazer uma análise política do voto. Concordamos, porque achamos que os proprietários de prédios urbanos têm a responsabilidade de zelar pelo edificado pelo qual são proprietários. Para não comprometer a atratividade urbana, o aumento da insegurança das populações e a deterioração da imagem do espaço público e também da contaminação dos prédios contíguos com infiltrações e humidades, considerando os riscos daí decorrentes para as populações. Concordamos, porque achamos que os proprietários de prédios rústicos têm a responsabilidade de tratarem dos terrenos, sob pena de os mesmos serem focos de acumulação de diversidade animal, lixeiras nalguns casos e de potenciais incêndios nos meses de maior calor, bem como da



degradação da paisagem rural. Por fim, concordamos porque é nosso entendimento que a proposta irá contribuir para a qualidade de vida da população, devolver a vida à malha urbana, incentivar a reabilitação, evitando que os centros urbanos sejam palcos de edifícios abandonados. Mais, a proposta deixa muito clara a importância de reforçar uma estratégia, aumentando as penalizações dos imóveis degradados, combatendo ainda a ação de certos proprietários, constituindo-se num instrumento de pressão para que seja feita a manutenção regular, quer em obras de reabilitação, quer no tratamento de terrenos abandonados. A coligação Acreditar na Mudança votou favoravelmente esta proposta, não deixando, porém, de ressaltar o sentido temporal da mesma coisa, pois é nosso entendimento que a mesma já devia ter sido implementada, estranhando que seja apenas agora no último mandato deste executivo. -----

-----Moura, dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco -----

-----Os membros eleitos da Coligação”. -----

-----Prosseguiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal informando que passariam ao ponto dez da ordem do dia. -----

-----10. Designação de Representante e seu substituto no Conselho Municipal Sénior de Moura. (DOC.17/03). -----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia questionou se alguma bancada tinha lista a apresentar e se pretendiam cinco minutos para conversar, passando a reunião a uma pausa de cinco minutos. -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo, frisando que sem se lembrar totalmente do regulamento do Conselho Municipal Sénior, existiam uns critérios, por isso, informou que os dois Presidentes de junta da CDU estavam fora, uma vez que, existiam umas datas e que tinham um x de idade, frisando não saber bem. -----

-----Interveio a doutora. Marina Figueiredo frisando que eram cinquenta e cinco ou mais anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

----- Fez uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal frisando que era cinquenta e cinco ou mais anos, era a informação que lhe foi fornecida. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário frisando que não era por falta de opções, era mesmo por imperativo legal, o Partido Socialista apresentava a proposta de Francisco Canudo Sena. -----

-----Questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal quem era o substituto indicado. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rui Apolinário frisando que o substituto seria o Presidente da Junta de Freguesia Manuel Patinho. -----

-----Prossegiu o senhor Presidente da Assembleia informando que daria a lista como lista A, sendo o representante, o senhor Presidente da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, Francisco Canudo Sena, e como suplente o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel, Manuel Patinho. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo frisando que achava que se a votação tinha que ser feita, o mesmo ressaltou que a convocatória não estava feita de forma correta, uma vez que referia: “Designação de Representante e seu substituto no Conselho Municipal Sénior”. Frisou o senhor Presidente da Junta de Freguesia Hélder Raposo que não referia que era dos Presidentes de Junta, mas sim, que era dos eleitos da Assembleia Municipal, frisando que havia um erro de português nesse ponto. O senhor Presidente da Junta de Freguesia achava que devia constar na convocatória: “Eleição do representante e do seu substituto legal de entre os presidentes de junta, tal como os outros conselhos municipais”. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo Aleixo, José Morais cumprimentando todos os presentes, ressaltando que pensava que já estava subentendido essa questão, que eram os Presidentes de Junta. -----

-----Prossegiu o senhor Presidente da Junta Hélder Raposo referindo que no momento estava depreendido por todos, mas quando o Presidente José Morais recebeu a convocatória, questionou se sabia do que se tratava. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

António Louçã

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal frisando que deveria estar na convocatória Presidentes de Junta, subentendendo-se, que estava ali, informando que iria passar à votação. -----

-----Solicitou a palavra o eleito Rodrigo Manuel Lampreia Martins da bancada da CDU, ressaltando que lhe parecia que nesse Conselho Municipal do idoso não tinham necessariamente que ser pessoas idosas, frisando que se corria o risco, inclusivamente nos Presidentes de Junta de Freguesia não haver ninguém com mais de cinquenta e cinco anos, o que era um risco que até lhe parecia bem. -----

-----Ressaltou que chamava a atenção para essa questão, porque achava que podia ser, não tinha que ser necessariamente rígido, uma vez que, lhe parecia que qualquer pessoa, qualquer Presidente de Junta podia integrar esse Conselho e fazer esse trabalho. -----

-----Prosseguiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal frisando que sinceramente, não sabia se o Regulamento não exigia, se não tinha idades mínimas ou máximas, acreditando que tivesse e por essa razão, teria que se respeitar. -----

-----Tomou de novo a palavra o eleito Rodrigo Manuel Lampreia Martins da bancada da CDU, pedindo desculpa ao senhor Presidente da Assembleia, mas na sua opinião podiam alterar e que a sua intervenção era nesse sentido, poder ser alterado para não se correr esse risco. -----

-----Prosseguiu a reunião o senhor Presidente da Assembleia informando que passariam à votação da **Lista A** – para Designação de Representante e seu substituto na Conselho Municipal Sénior de Moura. -----

-----Foi presente proposta do Partido Socialista apresentando lista com os seguintes representantes, a qual foi designada pelo Presidente da Assembleia de: -----

----- **Lista A:** -----

----- Representante: -----

----- Francisco Manuel Canudo Sena; -----

----- Substituto: -----

----- Manuel António Patinho Correia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

----- **Deliberado**, por **maioria dos presentes**, por escrutínio secreto, com vinte e dois votos a favor e cinco votos brancos, **aprovar** a Lista A, apresentada pelo Partido Socialista, e designar como representante o Presidente da UFMSA, Francisco Manuel Canudo Sena e como membro suplente o Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel, Manuel António Patinho Correia, no Conselho Municipal Sénior de Moura. -----

-----Prosseguiu a reunião o senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que passariam ao Ponto Onze da ordem do dia. -----

-----**11. Proposta de Acordo Protocolar entre a Câmara Municipal de Moura e o Projeto Esperança – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL. (DOC.18/03) --**

----- O senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Verificando não haver intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que passariam à votação da proposta de Acordo Protocolar entre a Câmara Municipal de Moura e o Projeto Esperança – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----**Deliberado**, por **unanimidade dos presentes**, com vinte e cinco votos a favor, **aprovar** a proposta de Acordo Protocolar entre a Câmara Municipal de Moura e o Projeto Esperança – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia, informou que passariam ao ponto doze da ordem do dia. -----

-----**12 - Apreciação da Informação do senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do município e discussão e fiscalização da atividade da Câmara**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Handwritten signature: António

Municipal de Moura, respetivamente, nos termos do disposto na alínea c do número três do artigo trigésimo e trigésimo quinto e no número um do artigo trigésimo sexto, no Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.19/03) --

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, informou que estavam abertas as inscrições. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Rui Apolinário referindo que, por se considerar impedido para a discussão e participação nesse ponto, pedia autorização para se ausentar, porquanto, mantinha tudo aquilo que havia dito, no que concerne a esse ponto, era um caso em que não havia dúvida da sua participação na elaboração, na organização dessa informação do senhor Presidente da Câmara. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o eleito Rui Apolinário que estava autorizado a ausentar-se, questionando se havia alguma declaração. -----

-----O eleito João Ramos questionou se valia a pena equacionar avançar com o referido ponto, sendo o ponto mais dinâmico da Assembleia em termos de perguntas e respostas, ressaltando que faltava meia hora para o período máximo em que a Assembleia podia durar, questionando se fazia sentido depois interromper a discussão do ponto a meio ou se deixava o ponto para uma próxima reunião, ressaltando que os eleitos da CDU achavam que valia a pena pensar nisso antes de começar o ponto. ----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia, informando que havia meia hora, e que dada a época, possivelmente iria haver alguma dificuldade posteriormente em arranjar uma data, frisando que eventualmente para o dia seguinte, ou, se a Assembleia pretendesse seguir à risca o Regimento, só na segunda-feira. O Presidente da Assembleia Municipal ressaltou que pensava, que haveria tempo para terminar esse ponto, frisando mais uma vez, que não era intuito limitar a palavra, no entanto, apelava ao poder de síntese de cada um, informando que era entendimento da Mesa que iriam continuar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Fez uso da palavra o eleito Manuel Bio, ressaltando que se a Mesa decidiu avançar, estava no seu direito, frisando que o regimento mencionava que o tempo limite eram quatro horas. -----

-----Solicitou a palavra o eleito Gabriel Ramos frisando que relativamente à questão da fiscalização dos atos da Câmara, pretendia começar com um anotamento, porque até tinha sido o eleito José Galego que tinha falado sobre a questão do projeto da variante e portanto, o eleito solicitava à Câmara Municipal que pudesse facultar o respetivo projeto, que fizesse o ponto da situação, se efetivamente ia até à rotunda, de quem vai para o Sobral ou para Pias, se era mais encurtada, resumindo, o eleito pretendia perceber qual era efetivamente o projeto e qual era o ponto da situação. -----

-----O eleito questionou relativamente à legalidade das deliberações sobre os órgãos sociais da COMOIPREL, por causa da questão dos impedimentos, se estava salvaguardada a questão das deliberações que foram feitas na COMOIPREL, e efetivamente se estava salvaguardado, ou se havia uma justificação para um posicionamento que tinha existido por parte dessa Câmara Municipal e dos executivos anteriores, relativamente ao seu posicionamento sobre as respetivas deliberações, frisando que existia um posicionamento anterior e que na COMOIPREL, houve um outro posicionamento relativamente à impossibilidade de deliberarem pelo facto de o nome do senhor Presidente da Câmara constar nas respetivas propostas. -----

-----Resumindo, o eleito pretendia alguma justificação relativamente à questão da variante e ao facto de haver uma votação que anteriormente não era feita por parte da Câmara Municipal e informando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que por mais que lhe solicitasse a capacidade de síntese, o eleito frisou, que tinha uma péssima capacidade de síntese e que isso era uma das suas grandes lacunas, pedindo desculpa. -----

-----O eleito Rodrigo Martins tomou a palavra, agradeceu ao senhor Presidente da Assembleia e prosseguiu ressaltando que sobre o ponto da fiscalização dos atos da Câmara, em agosto de dois mil e vinte e quatro, foi aprovado o Plano Municipal de Ação Climática de Moura, um documento muito extenso, que tinha três eixos estratégicos de intervenção e vinte e seis ações, em que havia duas ações, que lhe pareciam interessantes de realçar, nomeadamente, no eixo um, a medida quatro, que



previa desenvolver e implementar um projeto de redimensionamento e melhoria do sistema de drenagem de águas pluviais. -----

-----Prosseguiu o eleito, frisando que nas últimas semanas perceberam que era, de facto, uma necessidade e que além disso, também o ponto cinco, onde estava previsto desenvolver e implementar um plano de melhoria da eficiência hídrica das redes de distribuição de água, também era uma situação que lhe parecia muito importante e portanto, dos vinte e seis, realçava esses dois e que além disso, nesse plano no ponto oito, no modelo de gestão e acompanhamento e implementação, a coordenação desse plano cabia ao Executivo Municipal, depois à operacionalização à equipa técnica, aos parceiros estratégicos e à população local. -----

-----Prosseguiu o eleito Rodrigo Martins frisando que havia uma tabela que falava sobre os mecanismos de acompanhamento e monitorização do referido plano, e que essa tabela informava, ou no mínimo apontava para um relatório de acompanhamento anual, prosseguindo o eleito frisou que tendo em conta que esse plano tinha sido aprovado em Agosto de dois mil e vinte e quatro, pretendia questionar se esse relatório de acompanhamento que deveria ser anual, se estava feito, porque posteriormente todos os outros mecanismos de acompanhamento e motorização podiam vê-los pelo relatório. -----

-----Usou da palavra a eleita Diamantina Escoval referindo que pretendia questionar o Executivo sobre a revisão da Carta Educativa e a rede escolar do seu Concelho, frisando que os eleitos da CDU expressavam o seu total apoio e defender a proposta apresentada pelos vereadores da CDU no que se referia à pertinência de se proceder a um amplo debate em torno da rede escolar, assim como expressar a sua posição no que se oferece ao processo de revisão da Carta Educativa e que essa revisão fosse com o envolvimento de todos os parceiros da comunidade, como previsto na sua monitorização e avaliação. -----

-----A eleita Diamantina Escoval frisou que os eleitos da CDU gostariam de ser informados nos seguintes pontos: se foi realizada alguma monitorização da Carta Educativa ao longo da vigência do mesmo, que era entre dois mil e vinte e um a dois mil e vinte cinco; se foram criados instrumentos para serem avaliadas pelos parceiros da comunidade educativa; se havia resultados a apresentar, se não, para quando a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

apresentação dos mesmos; se foram elaborados relatórios anuais, analisados e discutidos e aprovados no CMEM, previsto na Carta Educativa. -----

-----A eleita também questionou sobre a rede escolar, se foi efetuada alguma revisão sobre o parque escolar, o número de escolas, estabelecimento escolar, público e particulares, frisando que o grupo parlamentar solicitava ainda a informação sobre o processo de requalificação da EB2, se estava em curso, o que estava a ser feito e se estavam devidamente acautelados, para que a linha de apoio financeiro não se perdesse. -----

-----A eleita reafirmou a importância dessa requalificação para garantir um melhor serviço à comunidade educativa que ali trabalhava e estudava, solicitou ainda que fossem informados de qual o ponto da situação sobre o Centro Escolar Norte, lembrando que essas duas situações estavam contempladas na Carta Educativa nas suas primeiras prioridades. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que fechava essa primeira ronda de questões, para que o Presidente da Câmara Municipal pudesse responder. ---

-----Tomou a palavra o eleito José António Oliveira frisando que a questão que ia colocar, já tinha sido colocada em parte pela eleita Diamantina Escoval, e que pretendia saber qual era a calendarização prevista para as obras da escola do ciclo preparatório, o eleito quis expressar a preocupação em relação aos atrasos e que podia colocar em causa o financiamento e lembrar que estavam perante um processo que foi anunciado em dois mil e dezoito. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia e passou a citar: *“Começava pelo Gabriel, em relação à variante, tivemos esta semana uma reunião com o projetista, tivemos não, teve o José Banha, porque eu não estava em Moura, estava numa reunião em Lisboa, portanto com o Secretário de Estado da Administração Interna, mas nós vamos enviar, do trabalho que foi feito nessa reunião com a guia projetista, vamos enviar um pequeno relatório para todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, para que possam saber, obviamente, os dados dessa reunião e quais foram os passos que nós demos. Não só para os partidos, mas também para os presidentes de freguesia*



interessados neste caso, o Presidente Canudo Sena, enquanto responsável da União de Freguesias de Moura e Santo Amador. -----

-----Quanto à questão da COMOIPREL que coloca, do ponto de vista jurídico, tive obviamente toda a informação que podia votar, portanto, podia dar, obviamente, esse passo e sinto-me perfeitamente confortável em relação a essa questão. Inclusive, essa questão também foi colocada na reunião de Câmara, portanto, penso que quanto a isso estou perfeitamente confortável segundo as informações que já anteriormente tinha da parte do núcleo jurídico. -----

-----Caro Rodrigo, bem-vindo à Assembleia Municipal. É um prazer muito grande tê-lo entre nós. Sobre o plano de ação climática, o relatório ainda não está pronto, assim que estiver pronto, nós obviamente vamos enviar para todas as bancadas para que possam ter acesso ao trabalho produzido. Mas há aqui algumas informações que eu gostava, depois o José Banha complementarà alguma da informação sobre uma questão que para nós é toda ela muito cara, que tem a ver com a eficiência hídrica. Há projetos que neste momento estão a ser fechados no sentido de intervirmos na rede em baixa, com recurso a financiamento comunitário, mas embora não tenhamos feito tudo aquilo, Rodrigo, que gostaríamos de ter feito ou andar tão depressa quanto gostaríamos, desde a instalação de ZMCs, e foi sempre uma questão muito, também muito falada com os vereadores da CDU, não só fizemos a instalação dessas ZMCs na nossa rede, mas também o plano de mudança, ou melhor, de instalação de novos contadores foram cerca de dois mil contadores instalados, o que é também um contributo. Mas é verdade, e você tem razão, há muito mais para fazer. Temos de continuar a perseguir este grande objetivo que é agora aplicar estes projetos através da empreitada, e estamos a trabalhar no sentido das candidaturas, de facto, depois terem a sua repercussão, quanto ao relatório de acompanhamento, assim que estiver pronto, enviaremos com todo o prazer para que possam ter conhecimento do trabalho que tem sido feito no âmbito deste plano. -----

-----Quanto às questões que a Diamantina nos coloca sobre a monitorização da carta, os instrumentos e os relatórios anuais, eu pedia-lhe um grande favor. Permite-me que responda por escrito? Os meus pelouros agora são os da educação, mas eu não quero mentir-lhe de maneira nenhuma. De modo que, se me permitir, vou-lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

responder por escrito, vou enviar para a Diamantina, mas também para os demais eleitos da Assembleia Municipal as informações que a senhora me está a pedir. Pode ser assim? Muito agradeço. -----

-----Quanto à questão do José Oliveira, e isso, sim, obviamente, porque é um caminho que nos percorre desde dois mil e dezoito em relação ao Centro Escolar Norte. É um caminho que tem vindo a ser feito, e já me expliquei várias vezes aos eleitos, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara, que esse caminho entre a construção do projeto, do programa, portanto, acima de tudo, nesta fase, do programa, do estabelecimento de ensino. A forma de financiamento e o caminho a fazer é um caminho que demora tempo, é um projeto grande, não é um projeto pequenino. O próprio projeto e a empreitada do centro escolar dos bombeiros também, tendo menos músculo, não deixou totalmente de ter o seu tempo. O que nós vamos fazer sempre é manter-vos ao corrente de todas as fases do processo. Continuamos a fechar a questão do programa. A questão do financiamento tem sido sempre falada com a tutela e também com a CCDRALentejo, na pessoa do seu presidente, que é também responsável máximo da Autoridade de Gestão. E isso está garantido. Portanto, agora, é um projeto ambicioso. Há aqui algumas coisas que nos separam da CDU no tocante a este processo, reconhecemos, portanto, e obviamente há essa diferença de visão entre nós e a CDU, mas não é por isso que deixaremos de vos manter ao corrente ----

-----Agora, portanto, terminado o programa funcional, vamos transmitir-vos em que é que consiste esse programa funcional, portanto, depois de validado, e em cada nova fase, portanto, do processo nós daremos sempre conta, não só na Câmara Municipal, mas na Assembleia Municipal, de todos os passos que formos dando, para que também haja, tal como houve no caso do Centro Escolar dos Bombeiros, a participação de todos, a audição de todos, não só dos eleitos, mas também dos funcionários, dos professores e dos responsáveis escolares, para que toda a gente possa ser parte ativa neste processo. Mas, em relação às informações que vão por escrito, durante a próxima semana, vão chegar, portanto, aos eleitos, para que, obviamente, as suas questões não fiquem sem resposta. -----

E para já, a questão tinha a ver com o centro escolar, penso que de alguma forma respondi também ao José António". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Tomou a palavra a eleita Fátima Ramalho questionando sobre um assunto abordado na última Assembleia Municipal, questionando o senhor Presidente da Câmara se já havia uma data para início das obras de requalificação do Centro de Saúde de Moura e se tinha conseguido o financiamento a cem por cento ou se iria ter que se recorrer a verbas que eram muito importantes para o Município. -----

-----Usou da palavra o eleito José Gonçalo Valente frisando que fazia das suas as palavras da eleita Fátima, no que dizia respeito ao posto de polícia. -----

-----Tomou a palavra a eleita Ana Farinho ressaltando que a sua questão também era muito objetiva e que era referente a um processo cujos desenvolvimentos não tinham notícias havia algum tempo e que se relacionava com o Convento do Carmo e pretendiam saber o ponto da situação. -----

-----Prosseguiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal informando que encerravam essa segunda fase de perguntas. -----

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia o uso da palavra, referindo que pretendia colocar questões relativamente ao turismo, à problemática do turismo, mas antes, e como também se relacionava com o turismo, as questões das acessibilidades, frisando o eleito, que pelos vistos, não havia projeto da variante. Referiu que um eleito do Partido Socialista, tinha frisado que quando foi votada a proposta do PSD, que “toda a gente sabe que há um projeto”, que pelos vistos não havia, estava a ser desenvolvido trabalho, foi o que o senhor Presidente disse, mas não havia projeto relativamente a essa matéria. -----

-----Em relação às questões do turismo, referiu o eleito João Ramos, que lhes preocupava que no turismo do seu Concelho tivesse havido algum decréscimo da atividade, e até alguma recuperação, podia estar a distanciar dos outros Concelhos, tendo fé nos dados que trazia que eram dados do PORDATA e do Turismo de Portugal via TRAVEL BI. -----

-----Ressaltou o eleito que os valores entre os anos dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e quatro, o Concelho de Moura era o único que desceu em número de dormidas e fazendo uma comparação pelos concelhos em torno do Lago de Alqueva e também fez a comparação com o Concelho de Serpa, frisando que todos subiram em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

termos de número de dormidas, exceto o Concelho de Moura, que teve uma descida de cinco vírgula dois por cento. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que outro dado preocupante em matéria de turismo era a estadia média, também utilizando as mesmas fontes, referiu que a estadia média em Moura era, nesse período, aliás, nesse caso era o ano de referência de dois mil e vinte e quatro foi de um vírgula sete dias e que apenas havia um concelho que tinha a mesma estadia média, que era Reguengos, todos os outros tinham uma estadia média acima, e a estadia média era algo que era relevante para os operadores da área do turismo. -----

-----Fez referência o eleito sobre a questão dos alojamentos, em que, à exceção do Concelho de Portel, frisou que do Regolfo de Alqueva, que desceu em número de unidades, todos subiram, no entanto, o Concelho de Moura também subiu, mas subiu menos, nomeadamente aqueles dois em que estava, mais próximo em termos de número de dormidas, Reguengos, esse acabava por estar muito mais longe, e Serpa, que todos sabiam, muito mais do que o Concelho de Moura. -----

-----Prosseguiu a sua exposição o eleito João Ramos, frisando que havia ainda outro dado relevante que eram as dormidas no período do verão entre um de julho e um de setembro em que, na comparação desses municípios que o próprio referiu, Moura era o que tinha a maior descida, tinha uma descida do ano dois mil e dezanove para dois mil e vinte e quatro, de dezanove por cento em termos de número de dormidas nesse período do verão. -----

-----O eleito João Ramos referiu que ultrapassava essa questão o facto de os dados previsíveis para o ano dois mil e vinte cinco, segundo o Turismo de Portugal, em que dava uma previsão de subida de dois vírgula nove por cento das dormidas no Concelho de Moura, ao contrário do que se passou no período anterior, contudo, a subida no Concelho de Moura era inferior ao que acontecia em todos os outros concelhos, à exceção do concelho de Serpa, que também tinha uma descida de zero vírgula um por cento, todos os outros subiram. Referiu o eleito que o concelho de Moura também se estava a afastar dos outros, tendo em conta que esteve a descer e que agora estava a subir, isso ainda nos dados até ao terceiro trimestre, uma vez que, no terceiro trimestre tinha havido vinte e cinco mil dormidas e no ano passado tinha



havido trinta mil, por essa razão, ainda havia uma diferença de cinco mil dormidas para serem compensadas no terceiro trimestre. -----

-----O eleito frisou que a questão era, que esse executivo tinha colocado um enfoque grande na área do turismo e isso, pelos vistos, não tinha tido esse reflexo, pelo menos à semelhança do que se passou nos outros concelhos. -----

-----Finalizando a sua intervenção, o eleito João Ramos questionou o executivo, que avaliação faziam, que reflexão faziam sobre esses dados e se isso implicava uma mudança de estratégia relativamente àquilo que era o posicionamento do executivo municipal naquilo que era o trabalho do município na área do turismo. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara e passou a citar: *"Bom, começando pela Fátima, no tocante ao Centro de Saúde. Bem, nós entrámos numa reunião, também já tinha dito isso, com cem mil euros para uma sala do movimento e saímos de lá com um milhão e meio. E, entretanto, já chegaram mais quinhentos mil euros para reforço desse orçamento. O município de Moura, quando assumiu esse compromisso com o Estado, sabia perfeitamente que os riscos que estava a correr e que o tempo corria contra nós. E sabemos perfeitamente que o Centro de Saúde precisa, de facto, de obras. E precisa, de facto, de ter condições que não tem. Temos aqui vários profissionais de saúde, do Centro de Saúde, sabemos perfeitamente que se não fosse a Câmara a pegar neste processo, dificilmente o Estado iria fazer aquilo que lhe competia.* -----

-----*E no âmbito do PRR nós avançámos e avançámos com consciência plena de todos os riscos e nós vamos cumprir este projeto. Já aprovámos o PSS, já temos o visto do Tribunal de Contas e agora estão reunidas as condições para o empreiteiro fazer o seu caminho rumo à obra. Obviamente que estamos a falar com a ULSBA, estamos a falar com a tutela sobre o que vem a seguir. Vem junho de dois mil e vinte seis e temos vindo a falar com os vários responsáveis por causa dos processos de Castro Verde e de Moura. E não tenho dúvidas nenhuma que o governo vai ter que encontrar uma resposta para as nossas necessidades e para os nossos problemas. Ora, nós não podíamos, era de forma alguma, abandonar o Centro de Saúde de Moura. E não podíamos ter medo, de forma alguma, de fazer este trabalho. E é o nosso quintal. Às vezes, eu, sobre questões que têm a ver com serviços do Estado,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

como por exemplo na área da saúde ou da administração interna, ou o que for, às vezes as pessoas acham que não nos diz respeito, mas diz-nos respeito. -----

-----O trabalho que aquelas pessoas lá fazem todos os dias diz-nos respeito, os utentes do Centro de Saúde de Moura dizem-nos respeito e os utentes das extensões de saúde, em todo o concelho, dizem-nos respeito. Portanto, o Governo sabe, qual é a nossa situação e a situação de Castro Verde, a ULSBA também sabe, toda a gente está a par das nossas dificuldades, mas eu não tenho dúvidas nenhuma que o Governo vai encontrar uma resposta para estas e outras questões que têm a ver com o financiamento no âmbito do PRR. Estou perfeitamente confiante, consciente de todos os riscos, mas a atividade política e a atividade autárquica também têm muito de risco, que é calculado, mas somos pessoas que temos cumprido cada processo que temos entre mãos e temos pago as nossas contas muito bem pagas, certamente dentro de um ano, porque a obra são nove meses, certamente estaremos lá todos para inaugurar o Centro de Saúde e para obviamente regozijarmo-nos com o trabalho e com o caminho que fizemos todos juntos no sentido de valorizar o Serviço Nacional de Saúde e a importância do Centro de Saúde, não só na vida das pessoas do Concelho de Moura, mas também daqueles que se encontram entre nós de visita. -----

-----Dizer também que o Centro de Saúde não é só, o Centro de Saúde é também o Serviço de Urgência Básica e temos colaborado intensamente com os responsáveis do Serviço de Urgência Básica para que, obviamente, as mesmas condições que se possa ter numa unidade também se tenham na outra e neste período de obra que vamos atravessar, também o Serviço de Urgência Básica tenha todas as condições para poder trabalhar. E é esse trabalho que nós temos vindo a fazer, e penso que bem, e não tenho dúvidas nenhuma que seremos todos bem-sucedidos e teremos um discurso diferente, menos apreensivo, menos preocupado, dentro de um ano. -----

-----Quanto à questão da esquadra da PSP, José Gonçalves, obrigado pela questão, até porque foi ontem que tive a reunião com o senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna. Obviamente nós não podemos ficar calados quando temos questões que nos preocupam, como por exemplo a obra da esquadra da PSP, como vocês sabem foi lançada empreitada por quinhentos mil euros, ficou



*Manute
DonçA?*

deserta. Ontem na reunião, o senhor secretário de Estado diz que vamos, até ao final do ano, o MAI vai aprovar, e obviamente corroborada pelas finanças, uma extensão desse contrato interadministrativo para próximo de um milhão de euros, para que nós possamos voltar a lançar esse concurso e para executar essa empreitada da requalificação da esquadra da PSP. -----

-----Quanto à videovigilância e já agora, porque são dois assuntos que nos preocupam a todos, dizer também que na mesma reunião com o senhor Secretário de Estado Adjunto, porque o processo está neste ponto, é só o senhor Secretário de Estado Telmo Correia dizer o dia em que quer assinar o protocolo. É só isto. O trabalho foi feito pela PSP em articulação com a Câmara, todo o processo da RGPD também está tudo validado, só que meteram-se eleições, depois meteram-se as autárquicas e, entretanto, mudou também o Comandante Distrital da PSP, porque não se sabia bem quem é que iria assinar o protocolo, se seria o Diretor Nacional da PSP, se seria por delegação de competências o Comandante Distrital da PSP, e só por isso o processo tem estado assim mais parado, mas não por nossa responsabilidade, apenas porque a tutela tem que dizer o dia, a hora e o local em que querem assinar esse contrato para nós avançarmos com o procedimento. -----

-----Ontem também tivemos uma reunião aqui da apresentação do Sr. Comandante Distrital da PSP, falamos destas questões e outras questões que nos preocupam, nomeadamente a questão da convocação da próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, que será agora no início do mês de janeiro. E quanto à esquadra da PSP, penso que o assunto está esclarecido. -----

-----Ana, quanto à questão do convento do Carmo, dizer que estou à espera que o senhor Ministro da Economia me chame. Porque foi isso que o Sr. Secretário de Estado do Turismo me disse, no encontro no Concelho de Mourão, na Granja, numa visita à Granja, e cada vez que os decisores políticos estão por perto, eu vou-me por eles, no sentido de conseguirmos, obviamente, acelerar os nossos processos. E o que ficou falado pelo Secretário de Estado do Turismo é: nós, através do senhor Ministro, vamos ter uma solução para os REVIVES com um montante financeiro, portanto, da dimensão do Convento do Carmo, para que tenhamos um aviso à altura de um projeto de doze ou treze milhões de euros. Por nossa vontade já tínhamos o Convento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Carmo em obra há bastante tempo, mas convém, de facto, à tutela e ao Governo resolver este problema do REVIVE do Convento do Carmo, mas não estamos a largar, de maneira nenhuma, este processo, muito pelo contrário, mantemo-nos muito próximos do concessionário e vamos sempre martelando junto do Governo para que tenhamos esse financiamento assegurado. -----

-----Quanto às questões que o João Ramos coloca em relação ao turismo, eu não me preocupo com estes números, porque os anos não são todos iguais. Preocupava-me é se o município, naquilo que é a sua responsabilidade, no apoio aos operadores, no apoio aos empresários, tivesse diminuído o seu apoio e a atividade e as dinâmicas no Concelho de Moura. Os anos não são iguais para todos. Temos anos em que, de facto, as coisinhas estão melhores, em que, de facto, as dormidas são mais relevantes. Há anos em que não é assim, mas também deixem-nos dizer o seguinte: há um conjunto de investimentos dos quais nós estamos a aguardar que se implementem e que são importantes para continuarmos a crescer e voltarmos a crescer, como, por exemplo, a Casa das Nunes, que, entretanto, pediram para retardar a empreitada, temos a questão do Convento do Carmo, temos outros investimentos, uns mais pequenos, mas que são investimentos que são sempre importantes, o próprio Hotel Passagem do Sol também vai ter um investimento importante com um incremento tanto do número de quartos, portanto, uma obra que se aguarda que se possa também fazer. Mas daquilo que são as dinâmicas do município, nós temos feito, de facto, um trabalho muito interessante. -----

-----Não me parece que tenhamos que inverter, pelo menos da reunião regular que nós temos com os operadores, ninguém diz que a estratégia a seguir não deva ser esta, mas, como é óbvio, os anos não são todos iguais, temos que aprender obviamente com estas situações, mas manter firmeza tanto nas apostas que temos vindo a fazer, na Herdade da Contenda, na Estação Náutica, nos programas que temos vindo a desenvolver pela equipa do turismo e que são tanto do maior interesse e têm tido muita participação, não só dos turistas, mas também da nossa comunidade em geral, mas, como lhe digo, eu gostava que tivéssemos crescido cinco vírgula dois e não tivéssemos decrescido, mas o trabalho tem que continuar a ser feito e ser feito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

acima de tudo juntando toda a gente, envolvendo toda a gente, para que obviamente tenhamos outros números no próximo ano, e por enquanto disse, senhor. Presidente”.

-----Prosseguiu a reunião o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradecendo a intervenção, questionando se havia mais alguma inscrição. -----

-----Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, Tiago Batista, que pretendia informar apenas alguns reparos que lhe foram feitos no decorrer da Feira do Vinho, que tinha sido o grande evento que tiveram, e tendo em conta que era uma parceria, achou que deveria ser a Câmara e a Junta de Freguesia em conjunto a terem atenção a esses pequenos reparos. -----

-----Ressalvou o Presidente da Junta de Freguesia Tiago Batista que os reparos prendiam-se principalmente com uma quebra de contrato que tinha havido a nível do som, um contrato que tinha sido quebrado e que a empresa a qual tinham contratado não podia subcontratar outra empresa e subcontratou, frisando que podiam tê-lo feito, tinham era que ter dado conhecimento e isso não tinha acontecido, uma vez que para, se ter contratado aquela empresa, possivelmente teriam contratado diretamente aquela que veio subcontratada pela outra empresa, reforçando o Presidente da Junta de Freguesia que era apenas um reparo, que não queriam problemas porque resolveu-se e correu tudo bem em relação ao som. -----

-----Prosseguiu o Presidente da Junta de Freguesia Tiago Batista, frisando que tinha havido outros reparos que lhe tinham sido transmitidos no decorrer da cerimónia de inauguração, ressaltando que teriam que ter em atenção, de forma a que a organização fosse de uma maneira diferente, uma vez que, tinha havido uns pormenores que não correram muito bem. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia Tiago Batista, ressaltou que no que referiu aos horários, também não tinha corrido muito bem, uma vez que, tinha sido acordado os horários e que posteriormente no sábado, tinham transmitido outro tipo de horário aos artistas, que estavam a fazer conta com uma coisa e afinal foi outra. -----

-----No que dizia respeito às dimensões da tenda, o Presidente da Junta de Freguesia transmitiu que lhe tinham feito esse reparo durante os três dias de feira, onde lhe foi questionado porquê, e o próprio respondeu com o que lhe tinha sido dito. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Finalizando a sua intervenção o Presidente da Junta de Freguesia, Tiago Batista, ressaltou que era importante que no próximo ano, aquando da preparação do evento, se tivessem esses pormenores em consideração. -----

-----Tomou a palavra o eleito Manuel Bio colocando duas questões para a Câmara, sendo que uma era, do que sabia, estava a decorrer um estudo em conjunto com a Cooperativa sobre a RedeNatura e pretendia saber o ponto da situação e quais eram os timings previstos, uma vez que era um ponto extremamente importante para o desenvolvimento do Concelho, frisando que, desde o ano dois mil, em que a RedeNatura foi feita com régua e esquadro num gabinete e que andavam distraídos e no presente, referiu que no Alentejo, nomeadamente, o Concelho de Moura era o que tinha mais área em RedeNatura e, portanto, o eleito Manuel Bio, referiu que seria importante se conseguissem alguns ganhos em termos de possibilidades de desenvolvimento económico nessa própria RedeNatura. -----

-----Prosseguiu o eleito frisando que a segunda questão se prendia com o Bloco de rega Moura-Póvoa, em que tem havido discussões, constatando-se algumas alterações que foram apresentadas, que principalmente para a Póvoa eram penalizadoras, e o eleito como natural da Póvoa, pretendia expressar que tinham que continuar a lutar para que o Bloco de Rega voltasse ao desenho anterior. -----

-----Resumindo, o eleito Manuel Bio, referiu que as questões técnicas tinham essa grande virtude, que eram técnicas e havia sempre uma solução para elas serem resolvidas em noventa e nove por cento dos casos e, portanto, o eleito ressaltou que era importante que se continuasse a fazer pressão para que o bloco não alterasse. -----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, informou que pretendia efetuar um parenteses, frisando que já tinham ultrapassado a hora, no entanto, dado que o ponto estava praticamente discutido, poderíamos terminar a Assembleia, se todos concordassem. -----

-----Fez uso da palavra o eleito Gabriel Ramos informando que tinha algumas questões que pretendia colocar ao senhor Presidente da Câmara, frisando que uma delas era muito concreta, questionando quando é que iniciava a obra do centro de saúde e qual era efetivamente a data. -----



-----O eleito informou que conforme era do conhecimento generalizado, havia uma isenção do pagamento de portagens para moradores do Alentejo, o próprio teve o cuidado de ler a proposta que tinha sido aprovada em sede da Assembleia da República e que claramente era balizadora para os municípios no Concelho de Moura e não só, mas que falaria, concretamente no Concelho de Moura. -----

-----Prosseguiu a sua intervenção frisando que, para quem não tinha conhecimentos, a isenção estava subdividida nas respetivas NUTS III, em que havia uma NUT do Alto Alentejo, uma NUT do Alentejo Central e uma NUT do Baixo Alentejo, frisando que os concelhos que faziam parte da NUT do Baixo Alentejo, a isenção reportava entre a portagem de Almodôvar até à Marateca e que, os munícipes do Concelho de Moura que quisessem efetivamente ir a Lisboa ou que fossem efetivamente pela autoestrada que não estava concluída até Beja, teriam que ir quase a Santa Maria do Sado para ter essa isenção até à Marateca, ressalvando que, conforme era, e achava que era generalizado, quando pretendessem efetivamente viajar para Lisboa, quase todos, para não dizer todos, faziam a viagem pela A6 e apanhavam a autoestrada em Évora, e por conseguinte, frisou o eleito que estavam a ser penalizados, porque o Concelho de Moura, estando na NUT do Baixo Alentejo, estava alocado efetivamente à isenção entre Almodôvar e a Marateca. -----

-----O eleito questionou se a Câmara Municipal tinha encetado alguns contactos nesse sentido, de forma a não haver uma discriminação negativa comparativamente aos outros concelhos da respetiva NUT onde estavam inseridos e podiam efetivamente, na exceção, serem inseridos na NUT do Baixo Alentejo e do Alentejo Central, para poderem ter a isenção na A6. -----

-----Prosseguiu o eleito colocando outra questão relativamente ao limite das barragens e à respetiva EDIA, pretendia saber que diligências estavam a ser tomadas por parte do município, para que recebesse o que lhe competia do IMI das barragens e para que a EDIA não atingisse o seu propósito de não pagar este IMI. Ressalvou o eleito que pretendia perceber se efetivamente a Câmara Municipal tinha o valor que estava em causa para o município, dos valores que a EDIA não estava a pagar de IMI por parte da barragem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Por último, o eleito Gabriel Ramos colocou uma questão que se prendia com a questão da Central Fotovoltaica Flutuante no plano de água de Albufeira de Alqueva, uma vez que, os eleitos da CDU desde a primeira hora, expressaram a sua preocupação sobre o assunto. A questão já tinha sido levantada sobre a primeira central instalada no paredão da barragem, no entanto, não compreendiam porque só agora tinha sido tomada uma posição, uma vez que, o processo de leilão tinha ocorrido em dois mil e vinte e um, e não tinham conhecimento, de nenhuma posição da Câmara sobre esse assunto nessa ocasião, reforçando que pretendiam saber, se efetivamente existia uma posição, e havendo uma posição da Câmara sobre as centrais fotovoltaicas flutuantes no plano de água da Albufeira de Alqueva, qual era, ou qual foi a que tinha sido tomada. -----

-----Prosseguiu a reunião o senhor Presidente da Assembleia, passando a palavra ao eleito Rodrigo Martins e que de seguida, passaria a palavra ao senhor Presidente da Câmara Álvaro Azedo. -----

-----Tomou a palavra o eleito Rodrigo Martins frisando que pretendia questionar o senhor Presidente da Câmara, em relação ao PDM, em que nos últimos meses, o Presidente, em alguns momentos tinha referido que o PDM seria um instrumento muito importante e dessa forma, o eleito pretendia questionar em relação a esse novo PDM, que investimentos já tinham acontecido e que diferenças eram notadas e o que lhe podia dizer que tenha sido, uma alteração tão grande como o senhor Presidente da Câmara tinha apresentado. -----

-----Fez uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal e passou a citar: *“Em relação às questões que o Presidente Tiago nos coloca, nós não gostamos mesmo nada que aconteçam coisas como aquela que aconteceu da quebra de contrato e da subcontratação.* -----

-----*Estivemos a falar sobre isso, não concordamos mesmo nada com esse tipo de atitudes e obviamente não vamos deixar de tomar decisões no tocante a esse tipo de comportamentos por parte das empresas. Se o contrato é assinado com uma empresa, essa empresa tem que cumprir, ou então comunica-nos que não pode e nessa altura nós tomaremos uma decisão com o parceiro, neste caso a Junta de Freguesia de Amareleja. Sobre as questões a afinar, todas as parcerias carecem*



sempre de uma coisa. Há um evento que se chama a Feira da Vinha e do Vinho e o pós-feira é sempre um momento para nos sentarmos à mesa, conversarmos, percebermos o que é que correu bem, o que não correu bem. Já sei que já recebeu todas as informações sobre as dúvidas que o Presidente tinha sobre a forma como a feira decorreu, penso no que toca ao dia de sábado, que era o dia da responsabilidade da Câmara, as coisas, os horários foram cumpridos, mas vamos fazer essa análise juntos. -----

-----Agora, portanto, nas próximas semanas deixar passar o Natal, mas vamos nos sentar à mesa. Acho que a questão da tenda também foi bem explicada, o porquê de ela não ser tão larga, mas ser mais comprida, isso também foi clarificado junto do Presidente, mas agora no início do ano vamos sentar à mesa como fazemos sempre, vamos conversar, vamos ver o que é que correu bem, o que correu menos bem, sempre com o intuito de juntos irmos melhorando a nossa feira e fazer com que a Feira da Vinha e do Vinho seja não só um momento de celebração dos vinhos de Talha da Amareleja, mas acima de tudo, uma grande montra daquilo que nós temos de melhor. -----

-----Sobre as questões que o Manuel Bio colocou sobre o estudo da cooperativa. Esse estudo está a ser feito. Eu questionei o Presidente da Cooperativa porque tem uma maior proximidade junto da empresa que está a trabalhar connosco. Assim que tivermos um draft desse estudo, é logo entregue aos senhores eleitos, para que o possam analisar, para que possam dar os seus contributos. Agora, há uma questão que para mim é da maior importância, tem que se compensar os agricultores sobre a sua perda de rendimento, e este estudo o que pretende fazer é perceber qual é a perda de rendimento que os nossos agricultores têm e de que forma é que temos que financiar essa compensação, sabendo-se que na reunião que nós tivemos com o Presidente do ICNF, ele deixou-nos pistas sobre a forma de abordagem para esse financiamento e o estudo vai nesse sentido. E queremos fazer hoje aquilo que já tínhamos feito em dois mil e dezanove, quando fomos a bater à porta de todos os grupos parlamentares com aquele estudo que nós fizemos com um conjunto de parceiros também por causa da RedeNatura, e apontando caminhos para de facto, chegarmos a esse desiderato que é compensar as pessoas para que possam fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

agricultura no nosso território, que deve ser o território que tem mais condicionantes do país. -----

-----Não conheço um município como o nosso, com tantas condicionantes, são os morcegos, é a REN, é a RAN, é a ZEC Moura-Barrancos, é a RedeNatura, em cima de tudo aquilo que a gente faz é, de facto, muito, muito complicado. Mas o Manuel Bio disse aqui uma coisa muito importante. Onde é que andámos no ano dois mil, quando foi publicado na RedeNatura? E, se calhar, devíamos ter batido mais o pé, devíamos ter feito mais barulho e devíamos ter feito muito mais qualquer coisa para que este desenho, que foi feito a régua e esquadro em Lisboa, não fosse tão castrador como é, e agora chegamos a uma fase em que o Governo tem obrigações para com Bruxelas, não vai pegar na área da RedeNatura em Moura e vai colocá-la num sítio qualquer. Portanto, não vale a pena dizermos que eles vão desenhar uma nova rede, porque não o vão fazer. Não há Governo nenhum que o faça. E se vamos vender este peixe às pessoas e aos nossos agricultores estamos a mentir-lhes, e acho que mentiras é uma coisa com a qual a gente não deve lidar. Agora, arranjar formas de financiar as pessoas e de fazer chegar dinheiro a quem está a perder dinheiro todos os dias, esse deve ser o compromisso que nós temos de ter, e gostava também de vos dizer o seguinte: no dia dezassete de janeiro, eu estive numa reunião da APA, com o Presidente Pimenta Machado. E estivemos a falar de quê? porque nós não largamos, como costumamos dizer, e perdoem-me a expressão, nós não podemos largar o osso de maneira nenhuma. E o osso é o aparelho do Estado e hoje tivemos uma reunião na APA para falarmos da central fotovoltaica flutuante, e já lá chegarei, para falar da suspensão do POAP, que está há um ano na Secretaria de Estado para ser publicado e ainda não o fizeram, há um ano. -----

-----Atenção, isto é uma vergonha. Mas hoje dissemos lá aquilo que pensávamos, e, obviamente, a RedeNatura há de ser sempre um tema que para nós é precioso. Também temos que falar com o ICNF e temos que continuar a falar com o ICNF. Este estudo é muito importante para chegarmos ao ICNF e à Ministra da Tutela e dizer: está aqui, mas no dia dezassete de janeiro a senhora Ministra vem assinar a Reguengos de Monsaraz, e nós lá estaremos, o Protocolo do POAP. Outra vergonha. Andamos a bater à porta do Estado, desde o ano dois mil e dezoito, para a revisão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

POAP, para ele passar a programa, e vão ser os municípios que vão também custear parte dessa revisão do POAP. Isto é verdade, porque de outra forma, isto nunca mais andava. Portanto, vamos assinar no dia dezassete esse protocolo, a Presidente da APA vai assinar esse protocolo, e vamos dar esse passo. Da parte da tarde, a senhora Ministra vem visitar a Herdade da Contenda, vem conhecer a Herdade da Contenda, portanto, há agora uma parte do programa que compete à Câmara gizar, a partir das quinze horas e trinta, com a senhora Ministra, e vamos falar da RedeNatura, e vamos falar dos nossos agricultores e vamos falar de ambiente e vamos falar da importância que as pessoas têm para nós. Penso que, de alguma forma, no que toca à RedeNatura me expliquei. -----

-----Quanto ao Bloco Amareleja-Póvoa, as posições do município de Moura são mais do que conhecidas, desde há muito tempo a esta data, mas nós só podemos ser responsabilizados de dois mil e dezassete até aqui. E que posturas é que teve este executivo e os executivos de dois mil e dezassete até dois mil e vinte cinco. Contestámos, fomos parte da solução sempre, junto da EDIA, junto dos Ministérios dos vários Ministros da Agricultura e lutámos sempre para que o Bloco Amareleja-Póvoa-Moura fosse aquilo que as pessoas sempre sonharam, fosse uma solução viável para a atividade agrícola. Os cortes que há, ou que se pretendem fazer, vêm com a história da questão da pressão, não se consegue fazer chegar a água com pressão a alguns terrenos, mas isso é uma falácia da EDIA, e eu gostava que isto ficasse registado em ata, é uma falácia da EDIA, porque no anterior projeto, esses terrenos estavam lá indicados como terrenos a regar, e há soluções técnicas, e eu que não percebo nada do assunto, procurei-me informar. Há soluções técnicas que conseguem concretizar, se calhar a água fica um bocadinho mais cara, eu até admito isso, mas consegue-se fazer chegar a água a esses agricultores e a essas terras através de sistemas de pressurização. Consegue-se fazer lá chegar a água, agora a EDIA, eu digo, isto só me compromete a mim, em muitas circunstâncias é um parceiro, noutras circunstâncias é um adversário dos municípios. E eu digo isto com todas as letras, seja diante de quem for. Portanto, nós não vamos largar este assunto, já prestámos declarações à imprensa, que são claríssimas no tocante a isto e nós queremos que o Bloco Amareleja-Póvoa cumpra aquilo que nos tem sido negado nos últimos vinte cinco anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Andamos há vinte cinco anos à espera e se calhar voltamos ao mesmo, se calhar há vinte cinco anos devíamos ter feito muito mais barulho do que fizemos. Portanto, é continuar a pressionar a EDIA, é continuar a pressionar o Ministério da Agricultura, é continuar a pressionar, portanto, todos os decisores, no sentido da obra do Bloco de Moura avançar agora, portanto, como se perspectiva, e o Bloco Amareleja-Póvoa dar de facto resposta àquilo que é a necessidade do nosso território e dos Amarelejenses e dos Povoenses. -----

-----Sobre as questões que o Gabriel colocou sobre o centro de Saúde, depois, o José Banha responde. Sobre a isenção das portagens, Gabriel, digo-lhe já, o que é que estas pessoas andam a fazer na Assembleia da República? Se formos olhar para essas isenções, a A6 tinha logo o município de Moura e os municípios cujos habitantes têm que deslocar para Lisboa, por exemplo, a A6 tinha que lá estar, mas nós falámos com os deputados eleitos pelo Partido Socialista para tomarem diligências para fazerem esta retificação e contamos com esta retificação de facto que nos beneficia. ---

-----Agora eu pergunto muitas vezes o que esta gente está a fazer na Assembleia da República? O que é que se está a fazer na Assembleia da República? Que coisas que nos cobrem os olhos, às vezes esquecem-se destes pormenores.

-----Portanto, conto de facto que, contamos de facto que haja esta retificação, em relação às portagens. -----

-----Sobre o IMI das barragens, a EDIA, mais uma vez a EDIA aqui é um adversário dos municípios, nós não temos parado por um minuto, foi feita a avaliação, mas a EDIA está a seguir a via dos tribunais para mais uma vez, ficar com o dinheiro todo, porque os municípios têm o trabalho, os municípios fartam-se de trabalhar, os técnicos fartam-se de trabalhar em todos os processos, e que compensações é que os municípios têm tido no âmbito do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva? Olhemos para o município de Moura, regadio é o que é, certo? Em relação à fiscalidade, é a maior pouca vergonha de todos os tempos. A EDIA, que quer tanto os municípios como parceiros para isto, para aquilo e para o outro e tem parcerias e tem projetos com os municípios, está vergonhosamente a não assumir as suas responsabilidades para com os municípios e devia, mas não vamos ficar calados e não vamos ficar parados em relação a isto. Nós estamos também a ter aconselhamento



jurídico e se tivermos que se calhar recorrer aos tribunais, é por isso que os tribunais servem, não tenham a menor dúvida que recorreremos também aos tribunais. -----

-----Sobre a avaliação, portanto, o José Banha acompanhou de mais perto essa questão, pode também dar uma achega. Sobre a Central Fotovoltaica Flutuante, houve um leilão, houve. Mas passaram-se coisas, por exemplo, que não se passaram com a primeira central fotovoltaica flutuante, foi também um caso de estudo que envolveu a Corticeira Amorim, em que o promotor veio ter com os municípios e envolveu os municípios. Nós não fazemos parte da Comissão de avaliação. Não é o município de Moura que é distraído. Todos os municípios da ATLA, uns com mais incidência, outros com menos incidência, fomos completamente colocados de parte. Não fazemos parte da Comissão de Avaliação e hoje, na reunião com o Presidente da APA, o que ficou a pedido do Município de Moura, é que nos faça uma consulta direcionada aos municípios. Porque o projeto está suspenso na APA, e o Presidente da APA comprometeu-se connosco a fazer esta consulta direcionada para que nós possamos envolver-nos mais neste processo. Ouvindo também quem? Além dos municípios, também a Entidade Regional de Turismo do Alentejo, que é importante que a ouçam. A CCDR, que também hoje esteve presente nesta reunião na APA, e que pertence à Comissão de Avaliação, tem que ter também aqui um papel muito incisivo nesta discussão, portanto, nós vamos continuar a fazer estes pontos de situação convosco, mas é este o ponto de situação. Aquilo que os municípios querem é que este projeto não avance. -----

-----Aquilo que nós queremos é que este projeto não avance e vamos continuar a lutar para que este projeto não avance. É esse o nosso dever, é essa a nossa obrigação, para salvaguarda de todos os valores que estão consagrados acima de tudo no muito que temos trabalhado na área do turismo, na área do desporto, na área do apoio também às atividades, à atividade da pesca na Albufeira, e acima de tudo, por respeito aos municípios. Mais uma vez, os municípios no seu todo, estão esquecidos pela própria EDIA, que olha para a Albufeira apenas como uma forma de ir buscar dinheiro e não de promover um desenvolvimento integrado, um desenvolvimento até diria mais, saudável para os municípios que dão forma a este regolfo de Alqueva, porque não nos esqueçamos de uma coisa, se existe Albufeira de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Alqueva é porque estes municípios são parte deste regolfo de Alqueva. E porque têm sido estes municípios os grandes sacrificados em nome do empreendimento de Alqueva, portanto, continuemos a dar conta das nossas diligências. Aguardamos agora que o Presidente da APA nos envie a consulta direcionada, iremos dar resposta em conformidade com aquilo que aquilo que é o nosso entendimento. -----

-----Caro Rodrigo Martins, em relação ao PDM, foi trabalhado durante muito tempo, e teve a participação de eleitos, projetistas, empresários, Presidentes de Junta de Freguesia, de toda uma comunidade, no sentido de que um PDM que era obsoleto de primeira geração e já não dava a resposta a grande parte das problemáticas do nosso município, ele pudesse ser o mais competitivo quanto possível. Eu vou fazer mais, até mesmo para não ser tão fastidioso, eu vou-lhe enviar alguns dos relatórios, vou-lhe enviar até aquela apresentação que foi aqui feita pela empresa que nos acompanhou neste processo, para que você possa também ficar conhecedor do que é que este PDM traz de novo, o que é que ele melhora na vida das pessoas, para que o Rodrigo que hoje está entre nós, possa ter toda essa informação e possa ser conhecedor do muito que o PDM traz de novo. Há investimentos em perspetivas, nomeadamente na área do turismo. Agora, o que é preciso também é que os seus promotores avancem e façam também o seu trabalho. O que lhe posso dizer, Rodrigo, é que os técnicos desta casa têm feito um trabalho exemplar e os eleitos desta Casa têm feito um trabalho sempre na tentativa de perseguir esses investimentos, e não tenho dúvidas nenhuma que, fruto deste trabalho, reunimos as condições para lá chegar. Agora há dinâmicas, ele foi publicado em setembro. Há investimentos que as pessoas não fizeram porque ficaram a aguardar este novo PDM e que agora vão-se começar a despoletar. Mas vou fazer questão de lhe enviarmos, foi apresentado na Câmara, foi apresentado na Assembleia Municipal, vou pedir aos colegas que lhe enviemos essa apresentação que aqui foi feita e penso que vai também ajudar o Rodrigo a ficar com a informação toda acerca do que mudou com o PDM, mas agora há um caminho. Em setembro foi publicado, nós vimo-nos e desejámo-nos para que ele fosse publicado o quanto antes, mas agora é um caminho que também temos que fazer juntos.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Fez uso da palavra o senhor Vereador José Banha e passou a citar: “em relação ao Centro de Saúde, eu queria fazer aqui um pouco de cronologia, para clarificarmos de uma vez por todas aquelas questões que às vezes são colocadas sobre o atraso, porque é que a obra ainda não começou, qual é o problema, o que aconteceu, e então temos aqui uma pequena cronologia que eu queria passar para que todos fiquem bem cientes do ponto de situação desta empreitada. A obra foi adjudicada até julho, assinámos o contrato com a empresa e depois iniciamos um processo de pedido de Visto do Tribunal de Contas. O pedido de submissão do contrato de empreitada e respetiva documentação para fiscalização prévia foi no dia trinta e um de julho. Dia sete de agosto, passados oito dias, por indicação do Tribunal de Contas, vai ter que se adicionar informação num novo separador que eles criaram e que obrigaram a submeter mais informação. Dia dezanove de agosto, são colocadas de volta, pelo Tribunal de Contas, são colocadas trinta e três questões, para serem submetidas como respostas ao Tribunal de Contas. Dia quatro de setembro, passados quinze dias, a Câmara enviou essa resposta, respondendo às trinta e três questões que foram colocadas, isso dia quatro de setembro. Dia vinte e seis de setembro, passados vinte dias, houve novamente comunicação do Tribunal de Contas, a colocar também questões, mas neste ponto só já duas questões, duas das trinta e três só colocou duas, e uma delas referente à autorização dos encargos plurianuais pela Assembleia Municipal. Nós respondemos cinco dias depois, dia um de outubro, e a resposta sobre este ponto da plurianualidade posso-vos ler aqui: “Aquando do lançamento do procedimento do concurso para Empreitada de Reabilitação e ampliação do Centro de Saúde, tendo em conta a execução física e financeira estimada para o ano de dois mil e vinte cinco e dois mil e vinte seis, procedeu-se a uma alteração ao orçamento, o qual previa um reforço de saldo numa ação plurianual já autorizada e dentro do montante total do PPI, previamente autorizado pela Assembleia Municipal. Não se verificou assim nem um aumento de despesa global, nem uma alteração ao PPI em termos de enquadramento total previamente autorizado, mas uma transferência de verbas entre rubricas.” O que é que isto quer dizer? O valor que estava plurianual, nós tínhamos lá um milhão de euros, e tinha que ser um milhão cento e oitenta e quatro mil. O que estamos aqui a falar é de uma diferença de nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

termos previsto na plurianualidade de dois mil e vinte seis um milhão de euros e eles para cobrir a verba toda desta operação, faltavam cento e oitenta e quatro mil euros. É isto que estamos aqui a falar, entre estar lá um milhão ou estar lá identificado um milhão cento e oitenta e quatro. Enviámos a resposta dia um, e dia três, passados dois dias, o Tribunal de Contas coloca novamente e unicamente a questão referente a questão referente à autorização dos encargos plurianuais pela Assembleia Municipal. Estamos dia três de outubro. -----

-----As eleições foram dia doze de outubro, e não há hipóteses de fazer assembleias, nem de tomarmos decisões por conta de uma assembleia que tinha que ser convocada, mas mesmo assim, com o apoio do departamento jurídico, estivemos a analisar como é que nós devíamos responder ao Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas é soberano nisto, insistia naquela questão que tínhamos que em sede de Assembleia Municipal fazer esta alteração, de um milhão para um milhão cento e oitenta e quatro mil, no ano de dois mil e vinte e seis, não estamos a falar de dois mil e vinte e cinco. E após o dia vinte e um, após contacto com outro município que teve um procedimento semelhante, e que insistiu em responder várias vezes a esta questão nos moldes em que nós fizemos a primeira vez, o visto foi recusado. Tivemos este exemplo. Assim entendemos, com o apoio jurídico, naturalmente, enviar um ofício referindo que existindo um entendimento diferente da parte do Tribunal de Contas, iríamos responder nesse sentido após a tomada de posse dos novos eleitos. Dia trinta desse mês, dia trinta de outubro, ainda sem ter sido tomado posse dos novos órgãos eleitos, foi feito um pedido de prorrogação de prazo, para envio de resposta na plataforma do Tribunal de Contas. Dia três, por acaso coincide com a tomada de posse dos eleitos, dia três o Tribunal de Contas responde a esta nossa solicitação e dá-nos vinte cinco dias para nós convocarmos a Assembleia, para podermos fazer esta alteração plurianual, e assim foi. A Tomada de Posse foi dia três de novembro, dia vinte de novembro estávamos a realizar a Assembleia Municipal, para tomarmos essa decisão. Dia vinte e seis de novembro, passados seis dias, foi enviada a deliberação da Assembleia Municipal ao Tribunal de Contas dando resposta às questões referentes à autorização dos encaixes plurianuais. Cinco dias depois, dia dois de dezembro, tivemos a notificação do Tribunal em que tínhamos o pedido deferido e a atribuição do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

visto em seção diária de um de dezembro. Ou seja, nestes quatro meses está aqui bem elencado os passos que foram feitos, e aquilo que é uma luta burocrática muito grande, com pergunta e resposta do Tribunal de Contas. -----

-----Dia três de dezembro, dia dois tivemos a notificação do visto do Tribunal, a atribuição do visto, dia três houve reunião de Câmara. Na reunião de Câmara de dia três deste mês, nós levámos à aprovação de um PSS parcial para aquela empreitada. O PSS parcial foi aprovado, no entanto, neste momento decorre um período com o prazo em que o empreiteiro tem que entregar os elementos solicitados para melhorar esse PSS, e que foram naturalmente colocados pela equipa de fiscalização que está a acompanhar esta empreitada. O prazo é dia três de janeiro. É o limite. Nós, após recebermos esses elementos de melhoria do PSS, para que fique completo, nessa altura irá ser submetida a reunião de Câmara, possivelmente é dia catorze de janeiro, catorze de janeiro. A partir daí, notificamos o empreiteiro, desde o momento em que o empreiteiro é notificado está em plenas condições totais de iniciar a obra. Quer dizer com isto, respondendo à pergunta, depois de elencar esta panóplia toda de datas, que a obra poderá começar na segunda quinzena do mês de janeiro. Penso que somos claros em relação a isto, penso que não há dúvidas, que fique claro, aquilo que está aqui foi aquilo que aconteceu e é aquilo que tem que acontecer em obras desta natureza. Mas o tempo demorado de quatro meses nesta troca de respostas ao Tribunal de Contas prende-se exatamente com estas questões, e que nós conseguimos, e aqui quero também agradecer naturalmente à Divisão Financeira, ao Serviço Jurídico e, naturalmente, ao Departamento Técnico, pelo apoio que foi sempre dado nas respostas que tivemos que dar ao Tribunal de Contas. O processo está concluído, e penso que estamos todos claros aqui nesta Assembleia, dos passos que foram tomados, que eram assim e qual é o prazo com que a obra pode começar, seguramente, na segunda quinzena do mês de janeiro.” -----

-----Prosseguiu o senhor Presidente da Assembleia passando a palavra ao eleito João Ramos, seguidamente ao eleito José Gonçalo, seguidamente o eleito Gabriel Ramos e informou que passariam ao encerramento do ponto com a intervenção do Executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Tomou a palavra o eleito João Ramos agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia e frisou que significava que tinham razão quando colocavam a questão de continuar a discussão, de forma a que pudessem discutir tudo que era preciso discutir, ressaltando que iria ser muito rápido e que pretendia referir que, quando se dizia que andavam distraídos nesse processo da RedeNatura, o que se queria dizer era que houve uns Executivos Municipais que não fizeram nada relativamente a essa matéria, o que não correspondia à verdade, uma vez que, na altura referiu o eleito, em que se estava a delinear o processo da RedeNatura, houve um projeto em que a Câmara esteve envolvida, a Cooperativa, um projeto de intervenção nos Concelhos Serpa, de Moura e Barrancos, para desenvolvimento agrícola, feito por uma empresa de um senhor, que era um engenheiro, Sevinato Pinto e que depois, o senhor, que por acaso em dois mil e dois foi para Ministro da Agricultura do Primeiro Ministro Durão Barroso, e não aconteceu nada relativamente a esta matéria. -----

-----Prossegiu o eleito frisando que era um daqueles casos de que o seu partido em baixo era um e depois quando chegava a Lisboa o seu partido afinal era outro, uma vez que, quando foi para lhe pagarem o projeto estava tudo muito bonito e acertava tudo e depois afinal não aconteceu nada. -----

-----Ressaltou o eleito João Ramos que por acaso, já havia a dizer que, valia a pena dizer que, a Rede Natura tinha sido definida entre os anos noventa e cinco e noventa e oito e quem era Primeiro Ministro na altura era o Engenheiro António Guterres e por essa razão qualificava muito do que era a Rede Natura e não era verdade, uma vez que, se fizeram muitas coisas, inclusive até uma Assembleia Municipal em plena RedeNatura, uma ou duas chegaram a acontecer, frisando que, achava que o Eleito Manuel Bio e o Rui deviam ter estado numa dessas reuniões em Santo Amador e que aconteceram algumas coisas e por essa razão, o eleito ressaltou que não andaram totalmente distraídos. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia, referindo que não iria haver conversas paralelas e caso o eleito João Ramos tivesse concluído a sua intervenção, passaria a palavra ao eleito José Gonçalo. -----

-----Tomou a palavra o eleito José Gonçalo frisando que a sua intervenção era também nesse sentido que o eleito João tinha terminado de proferir e que segundo o



*Manito
Gonçalo*

próprio se recordava daquilo que se passou, a cartografia com a implementação do plano chegou precisamente naqueles momentos em que fizeram a Assembleia no meio do campo. -----

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que tinha sido naquele momento que tinham ficado a perceber, em que na altura até tinha havido uma cartografia com as localidades, e não querendo defender o Governo do Engenheiro Guterres nem nenhum outro, frisou que a maior parte do plano foi gizado em Bruxelas e que a implementação das áreas em cartografia tinha sido feita naquele momento em que os próprios o contestaram com uma série de iniciativas. -----

-----Finalizou o eleito José Gonçalo referindo que tinha participado em algumas reuniões, com ministros do PS, com ministros do ambiente do PS, com ministros do ambiente do PSD, frisando que houve recordações de inação que não correspondiam à verdade de câmaras, da Câmara de Moura, realçando que não tinham ficado parados e que o atual executivo, naquela altura, também tinha participado naquelas ações de discussão e de contestação. -----

-----Tomou a palavra o eleito Gabriel Ramos, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, frisando que nos últimos anos nunca tinham estado em acordo e que naquele momento estavam em acordo sobre uma questão que acreditava que não se iria repetir nos próximos anos. -----

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que, efetivamente, as coisas eram impostas a régua e esquadro e também já foram no passado, portanto, não era um problema que existia no presente e era um problema que também existiu no passado. - Prosseguiu o eleito frisando que quando falava sobre o que faziam, efetivamente, os deputados na Assembleia da República, tinha que se dizer quais eram os deputados, uma vez que no tocante ao assunto que o eleito Manuel Bio aflorou, que era a questão do Bloco de Rega Moura-Póvoa-Amareleja, sobre a A6 tinha havido grandes comunicados sobre um determinado deputado do Distrito de Beja, sobre um grande louvor daquilo que tinha feito e no fim, não foi assim tão bem feito. -----

-----No entanto, relativamente, ao Bloco de Rega Moura-Póvoa- Amareleja, e tocando também algo que já foi afluído, o eleito frisou que uns faziam a bandeirola aqui e depois faziam outra bandeirola em Lisboa e na verdade era que no último



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Orçamento de Estado tinha havido uma proposta do Partido Comunista Português relativamente ao Bloco de Rega Moura-Póvoa- Amareleja e, ressaltou que se pasmasse, uma vez que no Concelho de Moura, o Partido Socialista novamente se tinha absterido e que o Partido Social Democrata, com o CDS, tinham votado contra. ---

-----Finalizando a sua intervenção o eleito Gabriel Ramos, frisou que as coisas, efetivamente, tinham história e tinham dinâmicas e que convinha, muitas vezes, reavivá-las para que as pessoas estivessem lúcidas daquilo que aconteceu. -----

-----O eleito Manuel Bio usou da palavra e frisou que a questão foi levantada e mais uma vez era importante a cronologia, porque tudo se passou depois do ano dois mil e tinha sido quando foram definidas as áreas e que quando disseram que andaram distraídos, tinham tocado no ponto. -----

-----Prosseguiu referindo que a história era para ser história, quando havia muita gente que dizia que, olhavam para o retrovisor e não era assim e que a história servia exatamente para isso, para que as pessoas tivessem uma memória, soubessem aquilo que se fez, soubessem aquilo que se defendeu, aquilo que não se fez e aquilo que não se defendeu e que o próprio também estava presente para criticar governos que, muitas vezes, se comprometeram com as diferentes câmaras e não cumpriram. -

-----Prosseguiu o eleito ressaltando que nunca os defendeu, porque, acima de tudo, estava como independente e sempre e única e exclusivamente, ao serviço do Concelho de Moura, referindo que, em termos políticos, não tinha qualquer afinidade com a cor de nenhum, em termos políticos, porque nunca pretendeu ser político na vida, no entanto, quando presente, acabava por o ser, mas apenas com os interesses do Concelho. -----

-----Sobre os Blocos de Rega, o eleito frisou que deveriam ter tido o primeiro Bloco de Rega e que a Câmara que estava na altura, andava distraída com um projeto fotovoltaico, projeto dos espanhóis, e colocou toda a sua energia nesse projeto. -----

-----Para finalizar o eleito Manuel Bio referiu que sempre criticou o projeto fotovoltaico, continuaria a criticá-lo e, naquele momento não estava o seu colega mais antigo nessa casa, porque o próprio estava na casa desde o ano noventa ou oitenta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

oito e que, as mesmas críticas que o próprio tinha feito, continuou a fazê-lo ao longo de quase quarenta anos e reforçou que andaram distraídos. -----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara e passou a citar: “Só mesmo para fechar. Caras e caros eleitos da Assembleia Municipal, fala-se tanto no retrovisor, sobre quem nos antecedeu, mas uma coisa é certa, o retrovisor estava partido. O retrovisor estava partido”. -----

-----E o que é certo é que no que toca ao bloco de regra devia-se ter feito muito mais e não se fez. E devia-se ter falado muito mais e não se falou. E devia-se ter contestado e não se contestou. E em dois mil e dezassete, quando aqui chegámos, já muito do mal estava feito. Mas o que é certo é que não deixámos até de contestar uma ministra do Partido Socialista e eleita pelo Partido Socialista e, em nome do Governo de Portugal, eleita pelo Partido Socialista. Os senhores eram incapazes de fazer uma coisa como essa se estivessem no meu lugar. Mas o João Ramos falava, acho que era do projeto do emparcelamento dos coutos de Moura, não era desse projeto que foi desenvolvido? Penso que foi. Envolveu as Juntas de Freguesia. Foi anterior ao emparcelamento. Eu lembro-me, por exemplo, no que toca ao emparcelamento, esse projeto, cheio de muito boa vontade, lembro-me, era o nosso saudoso António José Ramos, presidente da Junta de Freguesia de Santo Agostinho, andou a EDIA, andou a Cooperativa, andou a Junta, andou toda a gente com muito boa vontade, gastou-se o dinheiro no projeto, mas depois, emparcelamento dos coutos de Moura, ficou-se. -----

-----Sobre as questões dos deputados e da Assembleia da República, eu só vos queria dizer uma coisa, e por aqui me fico. -----

----- Na Assembleia da República, no atual figurino da Assembleia da República, e isto só me compromete a mim, o PCP conta para quase nada e o PS para muito pouco. Esta é a verdade. Esta é a nossa realidade. E o que é certo é que podem propor o que quiserem, podem apresentar as propostas que entenderem, no sentido de depois chegarem às reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, mas elas depois ficam completamente esvaziadas de conteúdo, e ficam esvaziadas porquê? Quando chega a altura de votar, quando chega a altura de se definir o caminho, uns já não contam para nada e outros contam para muito pouco. E a culpa disto tudo, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

eu volto a dizer a mesma coisa, a culpa disto tudo foi o raio daquela geringoça que
estrapçalhou o meu partido. Muito obrigado a todos". -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia
informou que passariam à leitura e votação da Ata em Minuta. -----

-----APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA-----

-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei
nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações
tomadas (**DOC.20/03**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por
unanimidade**, com 27 votos a favor, foi assinada, pelo Presidente André Eduardo
Tita Gonçalves e pela Segunda Secretária, Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita. ---

-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

-----Eram 01 hora e 53 minutos do dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte
e cinco, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da
qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim,
Maria do Carmo Dias Ramos, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob
responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser
assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda
Secretária. -----

-----O Presidente,

André Eduardo Tita Gonçalves

-----A Segunda Secretária,

Maria Fialho Godinho Borralho Cabrita